

**MARINHA DO BRASIL**  
**COMANDO DO 1º DISTRITO NAVAL**

**AVISO DE CONVOCAÇÃO Nº09/2024 (OFICIAIS-RM3)**

- Apêndice I – Cronograma de Eventos;
- Apêndice II – Modelo de Atestado de Bons Antecedentes de Conduta;
- Apêndice III – Padrões Psicofísicos Admissionais - Oficiais RM3;
- Apêndice IV – Modelo de Requerimento;
- Apêndice V – Modelo de Recurso da Prova de Títulos (PT);
- Apêndice VI – Recibo de Documentos Comprobatórios;
- Apêndice VII – Ficha de Verificação Documental;
- Apêndice VIII – Modelo de Declaração de Voluntariado e Compromisso para a Prestação de SMV;
- Apêndice IX – Modelo de Declaração de Tempo de Serviço Anterior como Militar;
- Apêndice X – Modelo de Declaração de Ciência da Necessidade de Informação do Estado de Gravidez;
- Apêndice XI – Modelo de Declaração de Investidura em Cargo Público para Profissionais de Saúde, com profissões regulamentadas;
- Apêndice XII – Modelo de Declaração Negativa de Investidura em Cargo Público para Profissionais de Saúde, com profissões regulamentadas;
- Apêndice XIII – Modelo de Declaração Negativa de Investidura em Cargo Público para Profissionais das demais áreas;
- Apêndice XIV – Folha de Anamnese Dirigida;
- Apêndice XV – Modelo de Atestado Médico;
- Apêndice XVI – Roteiro para Análise Documental;
- Apêndice XVII – Programas e Bibliografia sugerida para Prova Objetiva do Processo Seletivo Unificado de Oficiais RM3;
- Apêndice XVIII – Modelo de Recurso da Prova Objetiva;
- Apêndice XIX – Modelo de Recurso para Verificação de Dados Biográficos (VDB);
- Apêndice XX – Modelo de Recurso para Verificação Documental (VD);
- Apêndice XXI – Modelo de Plano de Aula (PA);
- Apêndice XXII – Aspectos a serem avaliados na Prova de Aula e respectivas pontuações;
- Apêndice XXIII – Lista de Assunto para Prova de Aula – Área de Conhecimento Magistério; e
- Apêndice XXIV – Modelo de Requerimento de Solicitação de Isenção de Pagamento da Taxa de Inscrição.

**INSTRUÇÕES PARA O PROCESSO SELETIVO DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR DAS ÁREAS DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA, MEDICINA E MAGISTÉRIO, PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO MILITAR VOLUNTÁRIO (SMV) COMO OFICIAIS DA MARINHA DO BRASIL**

O Comando do 1º Distrito Naval (Com1ºDN), no uso de suas atribuições, torna pública a abertura de inscrições e estabelece normas específicas ao processo seletivo para convocação de profissionais de reconhecida competência técnico-profissional ou com notória cultura científica, de ambos os sexos, para a prestação do SMV temporário como Oficial de 3ª Classe da Reserva da Marinha (RM3), de acordo com o disposto nas Leis nº 4.375/1964 (Lei do Serviço Militar), alterada pela Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, e nº 6.880/1980 (Estatuto dos Militares) e nos Decretos nº 4.780/2003 (Regulamento da Reserva da Marinha) e nº 9.530/2018 (Regulamento da Reserva de 3ª Classe da Marinha), a fim de suplementar o efetivo de oficiais de carreira na prestação de serviços especiais na área de jurisdição do Com1ºDN, no Estado do Rio de Janeiro.

As inscrições dos voluntários não implicam, por parte da Marinha do Brasil, qualquer compromisso até o início do Estágio de Adaptação e Serviço (ESA).

**1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**1.1.** O processo seletivo para as vagas previstas no item 2 será regido pelo presente Aviso de Convocação, executado pelo Com1ºDN, destinando-se ao preenchimento das necessidades temporárias de Oficiais de 3ª Classe da Reserva da Marinha (RM3) em Organizações Militares (OM) da Marinha, para a aplicação de sua reconhecida competência técnico-profissional ou de sua notória cultura científica.

**1.2.** OS MILITARES TEMPORÁRIOS INTEGRANTES DA RESERVA DE 3ª CLASSE DA MARINHA SÃO INCORPORADOS PARA PRESTAR SERVIÇO MILITAR (SM) EM CARÁTER TRANSITÓRIO E REGIONAL, NESSE SENTIDO SEU VÍNCULO PARA COM A MB É PRECÁRIO, COM DURAÇÃO MÁXIMA DE ATÉ 96 (NOVENTA E SEIS) MESES, NÃO GERANDO QUALQUER EXPECTATIVA QUANTO À PERMANÊNCIA, À ESTABILIDADE E À TRANSFERÊNCIA PARA A RESERVA REMUNERADA, AS QUAIS SÃO RESTRITAS AOS MILITARES DE CARREIRA, CUMPRIDOS OS REQUISITOS PREVISTOS EM LEI.

**1.3.** Os voluntários aprovados e classificados dentro do número de vagas serão convocados para cumprir um período inicial no SMV, que terá duração total de um ano, e será prestado na forma de Estágio de Serviço e Adaptação (ESA), dividido em duas fases:

a) a primeira, destinada à instrução Militar-Naval com duração de trinta dias, realizada em Órgão de Formação da Reserva (OFR) ou em Centros de Instrução; e

b) a segunda, destinada à adaptação e à aplicação de conhecimentos técnico-profissionais e científicos, realizada nas Organizações Militares para as quais os voluntários forem designados.

**1.3.1.** O incorporado que não alcançar a nota mínima nas avaliações curriculares, durante a primeira fase do ESA, será licenciado, *exofficio*, por conveniência do serviço, de acordo com o inciso I, alínea d, art. 50, do Decreto nº 4.780/2003.

**1.4.** O ESA destina-se aos Oficiais RM3, aos cidadãos brasileiros com incorporação adiada, aos dispensados de incorporação ou do Serviço Militar Inicial (SMI) e às mulheres, todos voluntários, com reconhecida competência técnico-profissional ou com notória cultura científica.

**1.5.** Para os voluntários do sexo masculino, somente serão aceitas inscrições de voluntários já quites com o SM, de acordo com o prescrito na Lei nº 5.292/1967, alterada pela lei nº 12.336, de 26 de outubro de 2010.

**1.6.** Após a incorporação, o militar RM3 fará jus à remuneração atinente ao seu posto, como previsto na Lei de Remuneração dos Militares (Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002), e aos direitos previstos na Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 – Estatuto dos Militares, enquanto estiver no Serviço Ativo.

**1.7.** Poderão ser concedidas prorrogações de tempo de serviço, de um ano, por períodos iguais e sucessivos, a critério do Com1ºDN, desde que o tempo total de serviço prestado não ultrapasse o tempo máximo de 96 (noventa e seis) meses, contínuos ou não, no serviço ativo, computando-se para isso, inclusive, o tempo de efetivo Serviço Militar (SM) prestado em qualquer Força Armada, anterior à convocação.

**1.8.** Em tempo de paz, não será concedida prorrogação de tempo de serviço ao militar RM3 por períodos que venham a ultrapassar a data de 31 de dezembro do ano em que o voluntário completar sessenta e três anos de idade, de acordo com o inciso I, § 2º, art.27, da Lei nº 4.375, de 4 de agosto de 1964, alterada pela Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019.

**1.9.** Os voluntários que possuírem tempo de Serviço Militar anterior deverão preencher o Apêndice IX deste Aviso, cujas informações poderão ser verificadas pela Marinha do Brasil.

**1.10.** Não serão incorporadas as voluntárias que estiverem grávidas, em face dos riscos decorrentes das atividades militares desenvolvidas na 1ª fase do ESA. Caso seja constatado o estado de gravidez até a incorporação nos referidos estágios, a voluntária será eliminada do Processo Seletivo, não cabendo reserva de vaga para inclusão em Processos Seletivos subsequentes, tendo em vista o caráter anual e temporário da incorporação por meio do SMV.

**1.11.** As Instruções Gerais para os Estágios e a Prestação do Serviço Militar da Reserva de 2ª e 3ª Classes da Marinha, aprovadas pela Portaria nº 1/2021, do Comandante da Marinha (CM), estão disponíveis na página da internet do Com1ºDN, no endereço eletrônico <https://www.marinha.mil.br/com1dn/>, no link “[Serviço Militar](#)”.

**1.12.** O(A) voluntário(a) poderá acumular um cargo, emprego ou função pública, na administração pública Federal, Estadual e Municipal, ainda que da administração pública indireta, quando na condição de profissional de saúde com profissão regulamentada, sendo necessário o preenchimento da Declaração de Investidura em Cargo Público para Profissionais de Saúde com profissões regulamentadas, Apêndice XI, deste Aviso.

**1.13.** Não fica assegurado ao (à) voluntário(a) o retorno ao emprego anterior quando do seu licenciamento, haja vista a não obrigatoriedade da prestação do SMV.

**1.14.** Quaisquer dúvidas ou omissões porventura existentes no presente Aviso deverão ser sanadas junto ao Com1ºDN.

## 2 – HABILITAÇÕES PROFISSIONAIS E VAGAS ALOCADAS

### 2.1. Área de Ciência e Tecnologia

Nº DA VAGA	HABILITAÇÃO	REQUISITOS PROFISSIONAIS	CIDADE/ESTADO	VAGAS
01	Ciência da Computação, Engenharia da Computação, Matemática, Estatística ou Áreas correlatas	Doutorado em Inteligência Artificial ou área afim que aborde temática relacionada à Inteligência Artificial. Experiência mínima de 3 anos em desenvolvimento de soluções Tecnológicas de Inteligência Artificial utilizando linguagem Python, R ou Java, especialmente em modelos de machine learning que envolva classificação de dados textuais, processamento de linguagem natural ou visão computacional	Rio de Janeiro/RJ	01
02	Engenharia Nuclear (Defesa e Segurança)	Doutorado em Engenharia Nuclear com linha de pesquisa em análise de segurança. Experiência mínima de 3 anos atuando no setor nuclear (Indústria ou Pesquisa).	Rio de Janeiro/RJ	01
03	Engenharia de Produção Aplicada a Pesquisa Operacional	Doutorado em Pesquisa Operacional ou Doutorado nas áreas de Engenharia, Matemática, Estatística ou Administração, com ênfase em Pesquisa Operacional.	Rio de Janeiro/RJ	01
04	Oceanografia ou Meteorologia	Doutorado em Sensoriamento Remoto. Experiência mínima de 3 anos atuando com Sensoriamento Remoto aplicado a Ciências Oceânicas.	Arraial do Cabo/RJ	01
05	Engenharia Eletrônica	Graduação em Engenharia Eletrônica ou Engenharia Elétrica com ênfase em Eletrônica. Doutorado em Engenharia Elétrica, Eletrônica ou Oceânica. Experiência mínima de 5 anos trabalhando em projetos ou pesquisas na área de propagação acústica, transdutores Hidroacústicos ou processamento de sinais analógicos.	Rio de Janeiro/RJ	01
06	Engenharia Mecânica	Doutorado em Estruturas ou	Itaguaí/RJ	01

	(Estruturas ou tubulações)	Tubulações. Experiência comprovada em atividades de projeto estrutural, envolvendo projeto de dimensionamento de Tubulações. Curso ou experiência comprovada em Software de análise de esforços e tensões em elementos de tubulações. (Pipestress/CAESAR-II)		
07	Engenharia Mecânica (Segurança de Sistemas Industriais)	Doutorado na respectiva área de conhecimento. Experiência comprovada no tocante à aplicação de árvore de falhas para análise de segurança de sistemas industriais. Possuir conhecimentos de metodologias de análise de fatores humanos aplicados à segurança de sistemas (por exemplo: THERP), sendo capaz de quantificar o impacto probabilístico dos fatores humanos sobre a segurança ao incluir os erros humanos como elementos das árvores de falhas. Experiência na aplicação de árvore de falhas para análise de segurança de sistemas industriais.	Itaguaí/RJ	01
08	Matemática aplicada em criptologia	Doutorado na área de Criptologia, Matemática Aplicada, Ciência da Computação, Engenharia de Computação, Segurança da Informação ou áreas correlatas	Rio de Janeiro/RJ	01
09	Ciência da Computação	Doutorado em inteligência Artificial.	Rio de Janeiro/RJ	01
10	Engenharia de Produção	Graduação em Engenharia de Produção. Doutorado em Engenharia de Produção, outras Engenharias ou Administração, com ênfase em Gestão de Projetos. Experiência mínima comprovada de 5 anos em gerenciamento de projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico (P&D). Possuir habilidades em planejamento, execução e monitoramento de projetos.	Rio de Janeiro/RJ	01

11	Engenharia Eletrônica ou Engenharia Acústica	Doutorado em Engenharia com ênfase em Engenharia Acústica. Experiência na área de Processamento de Sinais Acústicos	Arraial do Cabo/RJ	01
12	Ciência da Computação	Doutorado em Computação, Engenharia(s), Matemática Aplicada ou programa interdisciplinar correlato. Experiência profissional comprovada de, pelo menos, 3 anos, ou Tese de Doutorado defendida em uma das seguintes áreas: Modelagem e Simulação de Jogos Digitais; Mecatrônica e Sistemas Embarcados; Inteligência Artificial para Visão Computacional.	Rio de Janeiro/RJ	01
13	Oceanografia	Doutorado em Oceanografia Biológica. Experiência na área de Bentos ou Necton Marinho.	Arraial do Cabo/RJ	01
14	Engenharia Elétrica ou Engenharia de Telecomunicações	Doutorado em Engenharia Elétrica ou Telecomunicações com ênfase em Engenharia Acústica. Experiência na área de Sistemas Móveis de Comunicação	Arraial do Cabo/RJ	01
15	Engenharia de Produção	Doutorado em Engenharia de Produção. Experiência mínima comprovada de 2 anos em Escritório de Projetos ou Gerência de Projetos.	Rio de Janeiro/RJ	01
16	Engenharia Mecânica	Doutorado em Engenharia Mecânica com linha de pesquisa em Desenvolvimento e Controle Avançado de Sistemas Mecânicos e Equipamentos. Engenheiro Mecânico com Doutorado, que tenha experiência comprovada no desenvolvimento de projetos de P&D na área de Projetos de Máquinas, com ênfase em controle de sistemas mecânicos, máquinas, motores e equipamentos.	Rio de Janeiro/RJ	01
<b>TOTAL</b>				<b>16</b>

**2.2. Área de Medicina**

<b>Nº DA VAGA</b>	<b>HABILITAÇÃO</b>	<b>REQUISITOS PROFISSIONAIS</b>	<b>CIDADE-ESTADO</b>	<b>VAGAS</b>
01	Cuidados Paliativos	Diploma de graduação em Medicina fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC. Certificado de conclusão de Residência Médica em Cuidados Paliativos (reconhecida pelo CNRM) ou especialização em Cuidados Paliativos reconhecido pela ANCP. Experiência mínima comprovada de 5 anos em atendimentos e gestão de pacientes em Cuidados Paliativos nos níveis primários (ambulatório) e terciário (pacientes internados).	Rio de Janeiro/RJ	01
02	Oncologia Clínica	Diploma de graduação em Medicina fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC. Certificado de conclusão de Residência médica em Oncologia Clínica ou Pós-graduação/aperfeiçoamento com título de especialista emitido pela Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica (SBOC). Experiência mínima de 2 anos atuando como Médico Oncologista	Rio de Janeiro/RJ	01
03	Radioterapia	Diploma de graduação em Medicina fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC. Certificado de conclusão de Residência médica em Radioterapia Reconhecido pelo CNRM ou pós-graduação/Aperfeiçoamento com título de especialista emitido pela Sociedade Brasileira de Radioterapia (SBRT). Experiência mínima de 2 anos na atividade de Radioterapia.	Rio de Janeiro/RJ	01
04	Terapia Intensiva Pediátrica	Diploma de graduação em Medicina fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC. Certificado de conclusão de residência médica em Pediatria (reconhecida pelo CNRM) ou pós-graduação/aperfeiçoamento com título de especialista emitido pela Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP). Certificado de conclusão de Residência Médica (reconhecida pelo CNRM) em	Rio de Janeiro/RJ	01

		Terapia Intensiva Pediátrica ou pós-graduação /aperfeiçoamento com título de especialista em Terapia Intensiva Pediátrica emitido pela Associação de Medicina Intensiva Brasileira (AMIB). Experiência mínima de 2 anos atuando no tratamento de pacientes críticos pediátricos.		
05	Hemodinâmica	Diploma de graduação em Medicina fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC. Certificado de conclusão de Residência Médica em Cardiologia ou Pós-graduação /aperfeiçoamento com título de especialista emitido pela Sociedade Brasileira de Cardiologia. Certificado de conclusão de residência médica (reconhecida pelo CNRM) em Cardiologia intervencionista (Hemodinâmica) ou pós-graduação /aperfeiçoamento com título de especialista em Cardiologia intervencionista (Hemodinâmica) emitido pela Sociedade Brasileira de Cardiologia. Experiência mínima de 2 anos atuando na especialidade de Cardiologia Intervencionista (Hemodinâmica).	Rio de Janeiro/RJ	01
06	Radiologia	Diploma de graduação em Medicina fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC. Certificado de conclusão de Residência Médica em Radiologia e diagnóstico por imagem ou Pós-graduação/aperfeiçoamento com título de especialista emitido pelo Colégio Brasileiro de Radiologia (CBR) reconhecido pela Associação Médica Brasileira. Certificado de conclusão de Residência Médica em Radiologia intervencionista ou Pós-graduação/aperfeiçoamento com título de especialista emitido pelo Colégio Brasileiro de radiologia (CBR) reconhecido pela Associação Médica Brasileira. Experiência mínima comprovada de 2 anos em Radiologia Intervencionista por Ultrassonografia e/ ou Tomografia Computadorizada.	Rio de Janeiro/RJ	01

07	Oncologia Ortopédica	Diploma de graduação em Medicina fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC. Certificado de conclusão de Residência médica em Ortopedia e Traumatologia. Pós-graduação/aperfeiçoamento com título de especialista emitido pela Associação Brasileira de Oncologia Ortopédica (ABOO) ou Especialização em Oncologia Ortopédica com experiência mínima comprovada de 3 anos na atividade	Rio de Janeiro/RJ	01
<b>TOTAL</b>				<b>7</b>

**2.3. Área de Educação:**

Nº DA VAGA	HABILITAÇÃO	REQUISITOS PROFISSIONAIS	CIDADE-ESTADO	VAGAS
01	Direito	Graduação em Direito, Mestrado na área de conhecimento de ciências Humanas ou Sociais aplicadas e Doutorado em Direito com concentração em Direito Internacional, com experiência comprovada em pesquisa ou atuação profissional mínima de 02 (dois) anos na área do Direito, para atuação na área de Regulação do Uso do Mar.	Rio de Janeiro/RJ	01
02	Administração/Economia/Engenharia	Doutorado em Administração, Economia, Gestão Estratégica, Engenharia de Produção, Engenharia Logística, Engenharia de Transporte, todos com experiência em pesquisa ou atuação profissional mínima comprovada de 2 (dois) anos na área, para atender tarefas de atuação na área de Logística em assuntos marítimos.	Rio de Janeiro/RJ	02
03	Direito Aplicado a Licitações e Contratos ou Direito Financeiro	Diploma de Doutorado Acadêmico ou Doutorado Profissional em Direito, com tese afeta ao Direito Aplicado a Licitações e Contratos ou Direito Financeiro.	Rio de Janeiro/RJ	01
<b>TOTAL</b>				<b>04</b>

**2.4.** Os requisitos serão analisados conforme o disposto na Parte I do Roteiro para Análise Documental, Apêndice XVI deste Aviso de Convocação.

**2.5.** Em função das necessidades da Administração Naval, no decorrer do Processo Seletivo poderá haver acréscimo de vagas.

### **3 – DAS INSCRIÇÕES NO PROCESSO SELETIVO**

**3.1.** A inscrição é obrigatória para todos os voluntários e deverá ser realizada no período de **19 de novembro de 2024 a 02 de dezembro de 2024** pelo próprio voluntário, via internet.

**3.2.** Todas as inscrições serão gerenciadas por intermédio do Com1ºDN, devendo o voluntário acessar o link na página do Com1ºDN a que concorre à incorporação.

**3.3.** São condições necessárias à inscrição:

- a) ser voluntário;
- b) ser brasileiro nato, nos termos do art. 12, inciso I e seu § 3º inciso VI da CRFB/88;
- c) ter mais de 18 (dezoito) anos e no máximo 62 (sessenta e dois) anos de idade, até 07/07/2025, data da incorporação;**
- d) possuir bons antecedentes de conduta, a ser apurado por meio de averiguação da vida pregressa do voluntário, através da Verificação de Dados Biográficos (VDB). No caso de voluntário militar ou membro da Polícia ou do Corpo de Bombeiros em atividade, apresentar, na data prevista para entrega de documentos para realização da Verificação de Documentos (VD), conforme previsto no Cronograma de Eventos, Apêndice I deste Aviso, atestado de bons antecedentes de conduta, emitido pela autoridade a qual estiver subordinado, conforme Apêndice II deste Aviso ou modelo constante na página oficial no Com1ºDN na internet;
- e) possuir reconhecida competência técnico-profissional ou notória cultura científica, nos termos do Decreto nº 9.530/2018, a ser comprovada de acordo com o Item 2 deste Aviso;
- f) estar em dia com suas obrigações eleitorais;
- g) estar em dia com suas obrigações militares, conforme determina a legislação do Serviço Militar;
- h) não ser portador de Certificado de Isenção do Serviço Militar devido às suas condições morais, físicas ou mentais;
- i) ter, no máximo, seis anos de tempo de Serviço Militar prestado, até a data de sua incorporação, ressaltando que o SMV será apenas complementar, atingindo o máximo de 96 (noventa e seis) meses com o somatório total do período anterior e o tempo do SMV.**

j) se militar da Ativa ou da Reserva da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica, bem como das Forças Auxiliares, ter, no máximo, o posto de Capitão de Corveta ou Major;

k) não estar na condição de réu em ação penal;

l) não ter sido, nos últimos cinco anos, na forma da legislação vigente:

I) responsabilizado por ato lesivo ao patrimônio público de qualquer esfera de governo em processo disciplinar administrativo do qual não caiba mais recurso, contado o prazo a partir da data do cumprimento da sanção; ou

II) condenado em processo criminal com sentença transitada em julgado, contado o prazo a partir da data do cumprimento da pena.

m) se militar da Ativa da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro ou da Força Aérea Brasileira, ou das Forças Auxiliares, ter bom comportamento;

n) estar autorizado pela respectiva Força Armada ou Força Auxiliar, em se tratando de militar ou membro da Polícia ou do Corpo de Bombeiros Militar em atividade;

o) atender aos índices mínimos de padrões psicofísicos admissionais, conforme detalhado no Apêndice III deste Aviso;

p) efetuar o pagamento da taxa de inscrição ou requerer sua isenção conforme previsto no item 6 deste Aviso;

q) possuir registro no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

r) possuir documento oficial de identificação original, com assinatura e com fotografia na qual possa ser reconhecido, na forma definida no subitem 5.3;

s) apresentar a Certidão de Antecedentes da Justiça Militar, Certidão da Justiça Federal e Estadual, conforme previsto no item 11 deste Aviso; e

t) cumprir as demais instruções específicas para o Processo Seletivo.

**3.4. O valor da taxa de inscrição é de R\$ 140,00 (Cento e Quarenta Reais).**

**3.5.** Os números do CPF e do documento oficial de identificação serão exigidos no ato da inscrição. Após efetuada a inscrição, o CPF não poderá ser alterado.

**3.6.** Os documentos comprobatórios das condições de inscrição serão exigidos dos voluntários nas datas estabelecidas no Cronograma de Eventos, Apêndice I deste Aviso, para a Verificação de Documentos (VD). Uma vez entregue, o Voluntário não poderá incluir quaisquer documentos, mesmo dentro do prazo estipulado.

**3.7.** A não apresentação de qualquer dos documentos comprobatórios das condições de inscrição, nas datas previstas para a VD, implicará na eliminação do Voluntário do Processo Seletivo e perda dos direitos decorrentes.

**3.8.** No caso de declaração de informações inverídicas, além da exclusão do Processo Seletivo, poderão ainda ser aplicadas as sanções correlatas ao crime praticado, na forma da legislação penal em vigor.

**3.9.** A inscrição no Processo Seletivo implicará na aceitação irrestrita das condições estabelecidas neste Aviso de Convocação, permitindo que a Marinha proceda às investigações necessárias à comprovação do atendimento dos requisitos previstos como inerentes ao cargo pretendido, não cabendo ao voluntário o direito de recurso para obter qualquer compensação pela sua eliminação, pela anulação de sua inscrição ou pelo não aproveitamento por falta de vagas.

#### **4 – DAS INSCRIÇÕES PELA INTERNET**

**4.1.** As inscrições serão realizadas na página do Com1ºDN, no endereço eletrônico <https://www.marinha.mil.br/com1dn/smv/smv-sup-rm3-insc>.

**4.2.** As inscrições serão efetivadas somente entre 8h do dia 19 de novembro 2024 e 23h59 min de 02 de dezembro de 2024, horário oficial de Brasília/DF.

**4.3.** Acessada a referida página, o voluntário digitará os dados necessários ao processo de cadastramento para o SMV e imprimirá o boleto bancário para pagamento da taxa de inscrição.

**4.4.** Por ocasião do preenchimento dos dados no formulário de inscrição, o voluntário deverá atentar para sua correta inserção. Ao término do preenchimento é apresentada a página de confirmação de inscrição na qual o voluntário deverá verificar todos os dados inseridos. É de inteira responsabilidade do voluntário o correto preenchimento dos seus dados.

**4.5.** O pagamento poderá ser efetuado por débito em conta-corrente ou pela apresentação do boleto bancário impresso, em qualquer agência bancária.

**4.6.** O pagamento deverá ser efetuado, preferencialmente, em bancos credenciados, tais como: Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Itaú e Santander.

**4.7.** **O pagamento da taxa de inscrição será aceito até o dia 03 de dezembro de 2024, no horário bancário dos diversos Estados do País.**

**4.8.** As solicitações de inscrição via Internet cujos pagamentos forem efetuados após a data estabelecida no subitem anterior, não serão aceitas.

**4.9.** Aceita a inscrição, com a comprovação do pagamento da taxa de inscrição, o voluntário será incluído no cadastro de inscritos.

**4.10.** Após efetuado o pagamento, os voluntários deverão guardar o respectivo comprovante para possível necessidade de futura comprovação de pagamento.

4.11. O voluntário deverá verificar a confirmação do seu pagamento na página do Com1ºDN na internet, a partir do 5º dia útil subsequente ao pagamento da taxa de inscrição. Nessa ocasião, o voluntário deverá imprimir o comprovante de inscrição, sendo de sua exclusiva responsabilidade a obtenção desse documento, que será exigido nas diversas etapas do Processo Seletivo.

**4.11.1. Se após a verificação, disposta no item anterior, o voluntário constatar a não confirmação do pagamento da inscrição, poderá interpor requerimento até o 20º dia útil subsequente à data limite do pagamento. Após esse período, os requerimentos referentes a não confirmação da inscrição ou ao pagamento da taxa de inscrição não serão aceitos.**

4.12. Em caso de erro ou omissão de dados no preenchimento do formulário de inscrição, da não comprovação do pagamento da taxa de inscrição ou de pagamento da taxa de inscrição fora do prazo estipulado, a inscrição do voluntário não será efetivada, impossibilitando sua participação no Processo Seletivo. O Voluntário que efetuar o pagamento e que esteja enquadrado em uma das situações citadas anteriormente, **não terá o valor pago restituído.**

**4.13.** Caso o pagamento tenha sido efetuado em duplicidade, o voluntário poderá interpor requerimento, Apêndice IV deste Aviso, ao Com1ºDN, solicitando a devolução do valor, anexando o comprovante do pagamento em duplicidade.

**4.14.** O Com1ºDN não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas ou congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

**4.15.** As inscrições dos voluntários que realizarem o pagamento da taxa de inscrição por meio de agendamento bancário, cuja compensação não ocorrer dentro do prazo previsto para o pagamento, conforme preconizado no **subitem 4.7, não serão aceitas, e o valor pago da taxa de inscrição não será restituído.**

**4.16.** Em caso de desistência da realização do Processo Seletivo ou falta à realização da prova escrita, inclusive por eventual alteração da data da prova, o valor pago da taxa de inscrição não será restituído.

**4.17.** Caso o voluntário necessite alterar/atualizar os dados cadastrais (exceto CPF), durante o período de inscrição, poderá fazê-lo diretamente na página do Com1ºDN na Internet.

**4.18.** Encerrado o período de inscrições, o voluntário que desejar promover a alteração/atualização dos dados cadastrais fornecidos (exceto CPF), deverá interpor requerimento, Apêndice IV deste Aviso, ao Com1ºDN, em até 5 (cinco) dias contados a partir do

dia da liberação do Comprovante de Inscrição. Após esse período, não serão aceitos pedidos de alteração/atualização.

**4.19.** O comprovante de inscrição estará disponível na página do Com1ºDN em data a ser divulgada por meio de Nota Informativa.

**4.20.** O voluntário realizará a Prova Escrita Objetiva e demais etapas do Processo Seletivo na área de jurisdição do Com1ºDN onde pretende concorrer à incorporação.

**4.21.** Em caso de dúvidas no processo de cadastramento para o SMV, o voluntário deverá estabelecer contato com o Com1ºDN.

## **5 – DA IDENTIFICAÇÃO DOS VOLUNTÁRIOS**

**5.1.** O voluntário deverá apresentar, em todas as etapas do Processo Seletivo, o comprovante de inscrição e documento de identificação original, em meio físico, com assinatura e fotografia na qual possa ser reconhecido.

**5.2.** Por ocasião da realização da Prova Objetiva e da Prova de Aula para os voluntários para área de conhecimento Magistério, bem como dos Eventos Complementares (EVC) do Processo Seletivo, o voluntário que não apresentar um documento oficial de identificação original, em meio físico, com assinatura e fotografia na qual possa ser reconhecido e dentro da validade, na forma definida no subitem 5.3, ficará impedido de realizar o evento, por impossibilidade de comprovação plena de identificação do voluntário.

**5.3.** Serão considerados válidos os documentos originais de identidade, em meio físico (**não sendo aceito identificação em formato digital**), com assinatura e fotografia na qual possa ser reconhecido, emitidos por qualquer órgão oficial de identificação do Território Nacional, tais como: carteiras expedidas pela Marinha do Brasil, Exército Brasileiro e Aeronáutica; pelas Secretarias de Segurança Pública, Institutos de Identificação, Polícias e Corpo de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc); passaporte; Certificado de Reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, sejam válidas como identidade; Carteira de Trabalho e Carteira Nacional de Habilitação (CNH)(esta poderá estar fora da validade, de acordo com Ofício Circular nº 2/2017/CONTRAN, de 29 de junho de 2017).

**5.4.** Não será aceita cópia de documento de identificação, ainda que autenticada, nem protocolo de solicitação de renovação de documento.

**5.5.** Não serão aceitos como documentos de identificação: certidão de nascimento, CPF, título eleitoral, carteira de estudante, carteira funcional sem valor de identidade, nem documentos ilegíveis, não-identificáveis e/ou danificados.

**5.6.** Caso o voluntário esteja impossibilitado de apresentar, na data de realização da Prova Objetiva, documento de identificação original, na forma definida no subitem 5.3, por motivo de extravio, perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o Registro da Ocorrência em órgão policial, em meio digital ou físico, expedido há, no máximo, **90 (noventa) dias antes da data da prova**, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados, assinatura, fotografia ou filmagem.

**5.7.** O voluntário que apresentar a via original do documento oficial de identificação, na forma definida no subitem 5.3, com validade vencida, e/ou com foto que não permita a completa identificação dos seus caracteres essenciais ou de sua assinatura poderá realizar a Prova Objetiva e a Prova de Aula desde que se submeta à identificação especial, compreendendo coleta de dados, assinatura e fotografia ou filmagem.

**5.8.** Caso o voluntário esteja impossibilitado de apresentar, na data da realização das demais etapas, documento de identificação original, por motivo de extravio, perda, roubo ou furto, deverá se apresentar no local designado munido de documento que ateste o Registro da Ocorrência em órgão policial, em meio digital ou físico, expedido há, no máximo, 90 (noventa) dias antes da referida data, para que seja submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados, assinatura, fotografia ou filmagem. O documento de identificação especial e o documento de registro de ocorrência deverão ser obrigatoriamente apresentados para a realização das demais etapas.

**5.9.** Os voluntários submetidos à identificação especial, na data da realização da Prova Objetiva ou na data de realização de quaisquer EVC do PS, terão prazo de 30 (trinta) dias corridos para apresentar no Com1ºDN documento oficial de identificação, original, que nessa ocasião, deverá ser confrontado com o arquivo de imagem feito no dia da respectiva identificação especial. A não apresentação do referido documento ensejará na eliminação do voluntário do PS.

## **6. DA ISENÇÃO DE PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO**

**6.1.** Em conformidade com o Decreto nº 6.593, de 2 de outubro de 2008, haverá isenção do valor da taxa de inscrição para o voluntário que estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), de que trata o Decreto nº 11.016, de 29 de março de 2022, e seja membro de família de baixa renda, nos termos desse último Decreto.

**6.2.** O voluntário interessado em solicitar a isenção deverá imprimir, preencher, datar, assinar e entregar, diretamente no Com1ºDN, situado na Praça Mauá, 65 – Centro – Rio de Janeiro/RJ, das 08h30 às 11h30 e das 13h30 às 15h, entre os dias **19 de novembro de 2024 a 22 de novembro de 2024** o Requerimento de Solicitação de Isenção de Pagamento de Taxa de Inscrição, cujo modelo está no Apêndice IV deste Aviso, junto com o comprovante do cadastramento no **CadÚnico**, que poderá ser adquirido no site [www.mds.gov.br/consultacidade](http://www.mds.gov.br/consultacidade). **O referido comprovante deverá ter data de emissão posterior ao início das inscrições deste Processo Seletivo.**

**6.3.** Qualquer erro, omissão de dados e/ou rasura que impossibilite a leitura ou omissão das informações solicitadas no Modelo de Requerimento de Solicitação de Isenção de Pagamento de Taxa de Inscrição, acarretará a impossibilidade de atendimento da referida solicitação.

**6.4.** O voluntário que solicitar a isenção deverá realizar sua inscrição normalmente, de acordo com o Item 4 deste Aviso, não efetuando o pagamento da referida taxa, e aguardar a publicação da Nota Informativa contendo a relação dos deferidos e indeferidos que solicitaram isenção.

**6.5.** O Requerimento de isenção poderá, ainda, ser encaminhado via Carta Registrada, considerada a data final de postagem **no dia 21 de novembro de 2024**, para o Com1ºDN no endereço Praça Mauá nº 65, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20081-240.

**6.6.** O Com1ºDN não se responsabiliza por documentos postados e não recebidos dentro do prazo.

**6.7.** A declaração falsa sujeitará o voluntário às sanções previstas em Lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10, do Decreto nº 83.936/1979.

**6.8.** A Nota Informativa contendo a relação dos pedidos de isenção deferidos e os respectivos comprovantes de inscrição serão divulgados e disponibilizados, na página do Com1ºDN, na data estabelecida no Cronograma de Eventos, Apêndice I deste Aviso.

**6.9.** No caso de indeferimento do Requerimento, caberá Recurso Administrativo, devendo este ser apresentado até o primeiro dia útil subsequente, após a divulgação da relação dos pedidos de isenção deferidos.

**6.10.** O resultado do Recurso Administrativo será divulgado na página do Com1ºDN na Internet, na data estabelecida no Cronograma de Eventos, Apêndice I deste aviso.

**6.11.** O voluntário que tiver seu pedido de isenção ou Recurso Administrativo indeferido e que desejar, mesmo assim, participar do Processo Seletivo deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição, dentro do prazo previsto no subitem 4.7.

## **7 – DO PROCESSO SELETIVO**

**7.1.** O processo seletivo será constituído das seguintes Etapas:

- 1ª Etapa: Prova Objetiva (PO) – eliminatória;
- 2ª Etapa: Prova de Títulos (PT) – classificatória;
- 3ª Etapa: Verificação de Dados Biográficos (VDB) – eliminatória; e Verificação Documental (VD) – eliminatória;
- 4ª Etapa: Inspeção de Saúde (IS) – eliminatória;
- 5ª Etapa: Teste de Aptidão Física de Ingresso (TAF-i) – eliminatória;
- 6ª Etapa: Prova de aula (PA) – eliminatória e classificatória (aplicável apenas para voluntários da área de conhecimento Magistério); e
- 7ª Etapa: Designação à incorporação.

**7.2.** Será eliminado do Processo Seletivo o voluntário que deixar de comparecer, no dia e hora determinados, a qualquer das etapas e eventos programados, ou, ainda que compareça, deixar de realizá-lo, mesmo que por motivo de força maior ou caso fortuito.

**7.3.** É de responsabilidade do voluntário inteirar-se das datas, horários e locais de realização das etapas e eventos do Processo Seletivo, devendo, para tanto, acompanhar as publicações de todos os atos e comunicados referentes a este Processo Seletivo que venham a ser divulgados no sítio eletrônico do Com1ºDN e ou que venham a ser efetuados no Diário Oficial da União (DOU), tendo como base o Cronograma de Eventos, Apêndice I deste Aviso.

**7.4.** Os eventos complementares de VDB, IS, TAF-i, VD, PA e PT só poderão ser realizados nos locais determinados pelo Com1ºDN.

**7.5.** As despesas relativas a transporte, estada e alimentação para a realização da prova e demais eventos complementares serão custeadas pelo voluntário, inclusive quando decorrentes de caso fortuito, ainda que, por motivo de força maior, um ou mais eventos programados tiverem que ser cancelados ou repetidos.

## 8 – DA PROVA OBJETIVA (PO) – Eliminatória

**8.1.** A PO, de caráter eliminatório, terá duração de 3 (três) horas e será realizada na área de jurisdição do Com1ºDN, em local a ser divulgado, na data e horário previstos no Cronograma de Eventos, Apêndice I deste Aviso.

**8.2.** A PO valerá 100 (cem) pontos e abrangerá questões elaboradas de acordo com o programa e bibliografia descritos no Apêndice XVII deste Aviso.

**8.3.** A PO será composta de 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 5 (cinco) opções de resposta, das quais apenas 1 (uma) será correta, com valor de 2,5 (dois pontos e meio) cada, e englobará a matéria de Língua Portuguesa.

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	MATÉRIA	NÚMERO DE QUESTÕES
AC	Língua Portuguesa	40
TOTAL		40

**8.4.** Os voluntários serão considerados Aprovados ou Não Aprovados, de acordo com a nota obtida na PO.

**8.5.** Serão considerados aprovados na PO os voluntários que obtiverem nota superior a 50 (cinquenta) pontos, em uma escala de 0 (zero) a 100 (cem).

**8.5.1.** Serão convocados para a Prova de Títulos todos os candidatos aprovados na PO.

**8.5.2.** Serão considerados não aprovados na PO os voluntários que obtiverem nota inferior a 50 (cinquenta) pontos, em uma escala de 0 (zero) a 100 (cem).

**8.6.** Os voluntários não aprovados na forma do subitem anterior não serão convocados para realização dos demais Eventos, e serão considerados eliminados no Processo Seletivo.

**8.7.** Visando não ferir o princípio da isonomia, como estabelecido na Constituição Federal, art. 5º, caput, não haverá, sob pretexto algum, segunda chamada para a PO, bem como a sua aplicação fora do horário, data e local pré-determinados.

**8.8.** O voluntário deverá consultar a página do Com1ºDN na Internet para obter a data, os horários de abertura e fechamento dos portões e de realização da Prova Objetiva e o endereço do local da prova, conforme previsto no Cronograma de Eventos, Apêndice I deste Aviso.

**8.9.** O comprovante de inscrição estará disponível na página do Com1ºDN em data a ser divulgada por meio de Nota Informativa. O voluntário deverá então acessar a página para imprimir o respectivo comprovante de inscrição no qual constarão além de seus dados cadastrais o seu local de prova, a data e horário de abertura e fechamento dos portões.

**8.10.** O voluntário deverá estar no local de realização da Prova Objetiva com a antecedência necessária observando os horários de abertura e fechamento dos portões de acesso aos locais de realização de prova e de limite para se apresentar em sala, que serão informados na página do Com1ºDN. **A PO terá início às 10h 30 min.**

**8.10.1.** Serão considerados eliminados os voluntários que chegarem ao local de realização da prova após o fechamento dos portões. Ressalta-se que é de inteira responsabilidade do voluntário atentar para estar no local de prova correto constante no seu comprovante de inscrição, cuja atualização deverá ser confirmada mediante consulta ao site do Com1ºDN, na véspera da prova, em função de possíveis mudanças divulgadas no referido sítio eletrônico.

**8.10.2.** Ressalta-se ainda que não será permitida a realização da prova a qualquer voluntário que estiver no local diferente do previsto no comprovante de inscrição.

**8.11.** O voluntário deverá portar consigo o comprovante de inscrição e um documento oficial de identificação original, dentro da validade, em meio físico, com assinatura e fotografia na qual possa ser reconhecido, na forma definida no subitem 5.3, caneta esferográfica **AZUL** ou **PRETA** (preferencialmente), não apagável, fabricada em material transparente, lápis e borracha. Sugere-se aos voluntários o porte de caneta e lápis reservas.

**8.12.** Após iniciada a prova, não será permitido empréstimo de material.

**8.13.** Não será permitido durante a realização da prova, o porte e/ou o uso de livros, manuais impressos, anotações ou quaisquer dispositivos eletrônicos, tais como: máquinas calculadoras (exceto quando permitido), agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, *smartphones*, *tablets*, *ipods*, gravadores, *pen drives*, mp3 ou similar, relógios não analógicos, *smartwatch*, alarmes de qualquer espécie, ou qualquer transmissor, gravador ou receptor de dados, imagens, vídeos e mensagens, bem como mochilas, ou volumes similares, exceto o material suplementar, que poderá ser permitido para a realização da prova escrita de determinadas profissões, a ser divulgado. É vedado também o uso de óculos escuros, de fones, de protetores auriculares ou de quaisquer acessórios de chapelaria tais como chapéu, boné ou gorro.

**8.14.** É garantida a liberdade religiosa dos voluntários inscritos no Processo Seletivo. Todavia, em razão dos procedimentos de segurança previstos neste Aviso de Convocação, previamente ao início da prova, àqueles que trajarem vestimentas que restrinjam a visualização das orelhas ou da parte superior da cabeça serão solicitados que se dirijam a local a ser indicado pela Coordenação do Processo Seletivo, no qual, com a devida reserva, passarão por procedimento de vistoria por fiscais, de modo a respeitar a intimidade do examinando e garantir a necessária segurança na aplicação da prova, sendo o fato registrado em Ata de Prova.

**8.15.** Por medida de segurança, os voluntários deverão deixar os cabelos e as orelhas totalmente descobertos, à observação dos Fiscais e da Coordenação do Processo Seletivo, durante a realização da prova.

**8.16.** O Com1ºDN não se responsabiliza por pertences esquecidos ou perdidos pelos voluntários, bem como aqueles que forem extraviados/furtados ou danificados.

**8.17.** Nos recintos de prova, serão lidas as instruções gerais ao voluntário. Após a leitura, o voluntário deverá preencher os campos: nome, assinatura e nº de inscrição no Cartão-Resposta.

**8.17.1.** Somente será autorizada a troca do Cartão-Resposta nesta ocasião, por motivo de rasura nos campos acima descritos. No caso de erro de marcação ocorrido após o início da Prova Objetiva, o Cartão-Resposta não poderá ser substituído.

**8.18.** Para a apuração do resultado da Prova Objetiva, será utilizado um sistema de leitura de cartões. Logo, o voluntário deverá atentar para o correto preenchimento do Cartão-Resposta (instruções na contracapa da prova). Os prejuízos decorrentes de marcações incorretas no Cartão-Resposta serão de inteira e exclusiva responsabilidade do voluntário. **O voluntário deverá usar caneta esferográfica com tinta de cor preta (preferencialmente) ou azul. O voluntário que preencher o Cartão-Resposta a lápis será eliminado no Processo Seletivo.**

**8.19.** O voluntário não deve amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar o seu Cartão-Resposta, a fim de não ensejar em prejuízos pela impossibilidade de identificação pela leitora óptica das marcações e por conseguinte na pontuação obtida.

**8.20.** Visando à garantia do sigilo da prova, o tempo mínimo de permanência dos candidatos no recinto de aplicação de prova é de 50% (cinquenta por cento) do tempo total destinado à realização da prova.

**8.21.** Os voluntários deverão ter plena atenção aos procedimentos conduzidos bem como às orientações disseminadas pelos respectivos Fiscais de prova. Deve ser dada especial atenção ao aviso de início da prova. Qualquer voluntário que for flagrado pelo Fiscal, claramente iniciando a prova antes do aviso de início dela será sumariamente eliminado. Tal fato será devidamente registrado em ata com a assinatura de duas testemunhas devendo o voluntário se retirar do local da prova, permanecer na área circunscrita a sua realização por 50% (cinquenta por cento) do tempo concedido para a prova, visando garantir o sigilo conforme previsto no subitem anterior, sem fazer uso de qualquer aparelho eletrônico de acordo com o item 8.13.

**8.22.** Iniciada a prova, não haverá mais esclarecimentos. O voluntário somente poderá deixar seu lugar, devidamente autorizado pelo Supervisor/Fiscal, para se retirar definitivamente do

recinto de prova ou, nos casos abaixo especificados, devidamente acompanhado por militar designado para esse fim:

- a) atendimento médico por pessoal designado pela Marinha do Brasil;
- b) fazer uso de banheiro; e
- c) casos de força maior, comprovados pela supervisão do Processo Seletivo, sem que

aconteça saída da área circunscrita à realização da prova.

**8.23.** Em nenhum dos casos haverá prorrogação do tempo destinado à realização da prova e, em caso de retirada definitiva do recinto de prova, esta será corrigida até onde foi solucionada.

**8.24.** Os voluntários militares deverão preferencialmente realizar a prova em trajes civis, no entanto, deverão portar a identidade militar de suas respectivas Forças.

**8.25.** Não será autorizada a entrada de voluntários em trajes de banho e sem camisa nos locais de realização de prova ou etapas complementares.

**8.26.** Ao término do tempo concedido para a realização da prova, o voluntário interromperá a resolução no ponto em que estiver, reunirá seus pertences, levantar-se-á e, ordenadamente, deixará o recinto de prova, entregando o Cartão-Resposta ao Fiscal. No ato da entrega do Cartão-Resposta, o voluntário deverá rubricar a lista de assinaturas confirmando a entrega. **O voluntário que não rubricar a lista, atestando a entrega do Cartão-Resposta será eliminado do Processo Seletivo.**

**8.27.** Será autorizado ao voluntário levar a prova a partir de 30 (trinta) minutos antecedentes ao término do tempo previsto de realização da Prova Objetiva, ou seja, às 13 horas (horário de Brasília/DF). Ressalta-se que o Caderno de Prova levado pelo voluntário é de preenchimento facultativo e não será válido para fins de recurso ou avaliação.

**8.28.** Será disponibilizado, na contracapa da prova, um modelo de gabarito para que o voluntário preencha para posterior conferência. **O voluntário que terminar a prova antes do tempo concedido não poderá levar a prova, mas caso queira levar o “modelo de gabarito”, somente poderá destacá-lo na presença do Fiscal. Caso o gabarito seja destacado sem a presença do Fiscal, o voluntário será eliminado.**

**8.29.** A prova objetiva será disponibilizada na página do Com1ºDN, na Internet, tão logo seja divulgado o gabarito.

**8.30.** Visando manter a lisura do Processo Seletivo, os 3 (três) últimos voluntários remanescentes deverão, obrigatoriamente, deixar o recinto de prova ao mesmo tempo.

**8.31.** Será eliminado sumariamente do Processo Seletivo, e a prova não será levada em consideração, o voluntário que:

- a) iniciar a prova antes do aviso de início pelo Fiscal;
- b) der ou receber auxílio para a execução de qualquer prova;
- c) utilizar-se de qualquer material não autorizado;
- d) desrespeitar qualquer prescrição relativa à execução da prova;
- e) escrever o nome ou introduzir marcas identificadoras em outro lugar que não o determinado para esse fim;
- f) prosseguir na resolução da prova após o término do tempo concedido para sua realização;
- g) ausentar-se da sala/setor de prova, com o Caderno de Prova, antes dos 30 (trinta) minutos antecedentes ao término do tempo previsto de realização da Prova Objetiva, ou seja, às **13 horas (horário de Brasília/DF)**, ou ausentar-se da sala/setor de prova, a qualquer momento, com o Cartão-Resposta;
- h) contrariar determinação da Comissão Fiscalizadora ou perturbar, de qualquer modo, a ordem no local de aplicação da prova. De acordo com a gravidade do fato, o voluntário poderá vir a ser autuado na forma de Lei;
- i) cometer ato grave de indisciplina; ou
- j) comparecer ao local de realização da prova após o horário previsto.

**8.32.** Poderá haver revista pessoal por meio da utilização de detector de metais em qualquer momento após o voluntário adentrar o local de prova, incluindo a entrada dos banheiros.

**8.33.** Não será permitida a entrada nos locais de realização de prova e EVC de voluntários portando armas de qualquer espécie, mesmo em se tratando de militar e/ou civil em efetivo serviço ou com autorização de porte de arma.

**8.34.** Caso seja observado, durante a realização da prova, voluntário portando arma de qualquer espécie, será solicitada a sua retirada do recinto e este estará, automaticamente, eliminado do Processo Seletivo.

**8.35.** O acesso aos locais de aplicação da Prova e EVC será permitido somente aos voluntários aptos para sua realização, não sendo autorizada a entrada de acompanhantes.

**8.36.** Não haverá apoio destinado a acompanhante de voluntário.

## **9. DA PROVA DE TÍTULOS (PT) – (Classificatória)**

**9.1.** A PT terá caráter classificatório e corresponderá ao total de 100 pontos, de acordo com a Parte II, do Roteiro para Análise Documental (Apêndice XVI), observados os limites dos Quadros de Atribuição de Pontos para a Avaliação de Títulos a seguir:

## I – Quadro Área de Ciência e Tecnologia:

Nº da vaga	HABILITAÇÃO	ITEM	TÍTULO	VALOR DA TITULAÇÃO
01	Ciência da Computação, Engenharia da Computação, Matemática, Estatística ou Áreas correlatas	1	Diploma, Certificado ou Declaração de pós-doutorado, em Inteligência Artificial ou área afim que aborde temática relacionada à Inteligência Artificial, emitida por instituição no país ou no exterior. Caso haja mais de um Diploma, Certificado ou Declaração, os pontos NÃO serão cumulativos.	10
		2	Certificado Profissional em Banco de Dados (SQL ou NoSQL).	5
		3	Certificado Business Intelligence Master	5
		4	Certificação Microsoft disponível em <a href="https://learn.microsoft.com/pt-br/certifications/">https://learn.microsoft.com/pt-br/certifications/</a> nas funções de Engenheiro de IA, App Maker, Analista de Dados, Engenheiro de Dados, Cientista de Dados, Desenvolvedor, Engenheiro de DevOps ou Arquiteto de Soluções. Serão computados 0,5 ponto para certificações no nível intermediário e 1 ponto para certificações no nível avançado, até o limite de 5 pontos.	5
		5	Docência com disciplinas da área ou áreas afins de nível superior (bacharelado, mestrado ou doutorado) comprovada em carteira profissional ou por ato institucional de entidade pública, com especificação das disciplinas ministradas: 0,5 pts/semestre (apenas nº inteiro de semestres letivos trabalhados, limitado a 8 pts).	8
		6	Experiência profissional na área do concurso, exercida em empresa, comprovada em carteira profissional ou por ato institucional de entidade pública: 0,5 pts/semestre (apenas nº inteiro de semestres de efetivo trabalho, limitado a 9 pts).	9

		7	Orientação de aluno de iniciação científica na área do concurso, financiada por agência de fomento ou por programa institucional comprovado: 0,5 pts/trabalho (limitado a 3 pts)	3
		8	Coordenação de projeto de Extensão, Pesquisa e ou Inovação Tecnológica financiado por agência de fomento: 0,5 pts/projeto (limitado a 3 pts).	3
		9	Orientação de tese de doutorado, na área do concurso ou áreas afins, concluída e comprovada por Folha de Aprovação ou Ata de defesa que contenha a assinatura da comissão examinadora e do orientador: 3 pts/tese (limitado a 6 pts).	6
		10	Orientação de dissertação de mestrado, na área do concurso ou áreas afins, concluída e comprovada por folha de aprovação ou ata de defesa que contenha a assinatura da comissão examinadora e do orientador: 2 pts/dissertação (limitado a 6 pts)	6
		11	Autoria de livro na área do concurso cadastrado no ISBN: 2 pts/livro (limitado a 6 pts).	6
		12	Autoria de capítulo de livro na área do concurso com ISBN: 0,5 pts/cap (limitado a 2 pts)	2
		13	Publicação técnica ou tecnológica na área do concurso (manual, relatório técnico ou material didático) cadastrada no ISBN: 0,5 pts/publicação (limitado a 4	2
		14	Artigo completo publicado e/ou aceito em periódico científico com Qualis/CAPES (A1 e A2): 3,0 pts/artigo (limitado a 12 pts).	12
		15	Artigo completo publicado e/ou aceito em periódico científico com	8

			Qualis/CAPES (B1 e B2): 2,0 pts/artigo (limitado a 8 pts).	
		16	Artigo completo publicado em anais de congresso internacional na área do concurso com Qualis/CAPES: 1,0 pts/artigo (limitado a 4 pts).	4
		17	Artigo completo publicado em anais de congresso nacional na área do concurso com Qualis/CAPES: 0,2 pts/artigo (limitado a 2 pts)	2
		18	Patente ou depósito de patente com comprovação através de documento emitido por órgão competente. Registro de software com certificado emitido por autoridade competente: 2,0 pts por patente/depósito/registro (limitado a 4 pts).	4
<b>TOTAL</b>				<b>100</b>

Nº da vaga	HABILITAÇÃO	ITEM	TÍTULO	VALOR DA TITULAÇÃO
02	Engenharia Nuclear (Defesa e Segurança)	01	Comprovada experiência profissional na área de Engenharia Nuclear, na Administração Pública ou na iniciativa privada de, no mínimo, 2 anos sem sobreposição de tempos, contando 10 pontos. Poderão ser computados 2 pontos a cada ano adicional, até o total de 5 acréscimos.	20
		02	Diploma, Certificado ou Declaração de pós-doutorado, na Habilitação a que concorre, emitida por instituição no país ou no exterior. Caso haja mais de um Diploma, Certificado ou Declaração, os pontos NÃO serão cumulativos.	10
		03	Publicação de artigo técnico-científico em periódico nacional e/ou internacional, com corpo editorial, de acordo com os parâmetros CAPES-QUALIS, denominado Classificação de	10

			<p>Periódicos Quadriênio 2016-2020 na área de Ciências Exatas ou Engenharias; ou publicação de trabalho completo em anais de reunião científica nacional e/ou internacional, com corpo editorial, de acordo com os parâmetros CAPES-QUALIS. Em ambos os casos, se o artigo não estiver listado na área de Ciências Exatas ou Engenharias, serão considerados trabalhos qualificados em outras áreas, os quais receberão pontuação equivalente a um artigo B5 na área de Ciências exatas ou Engenharias. 5,0 para Qualis A1; 4,0 para Qualis A2; 2,0 para Qualis B1; 1,0 para Qualis B2; 0,8 para Qualis B3; 0,4 para Qualis B4; 0,2 para Qualis B5 ou qualificados em outras áreas (limitado a 10 pts)</p>	
		04	<p>Publicação de resumo expandido (até 3 páginas) em anais de reunião científica nacional e/ou internacional relacionado à Engenharia Nuclear. 0,5 por resumo (limitado a 4 pts).</p>	4
		05	<p>Publicação, com ISBN, de capítulo de livro técnico relacionado à Engenharia Nuclear. 1,0 por capítulo (limitado a 5 pts)</p>	5
		06	<p>Publicação, com ISBN, de livro técnico relacionado à Engenharia Nuclear (por livro). 5,0 por livro (limitado a 15 pts).</p>	15
		07	<p>Participação em Comitê de Programa de conferência internacional. 0,5 por participação (limitado a 5 pts).</p>	5
		08	<p>Participação em Comitê de Programa de conferência nacional à Engenharia Nuclear. 0,25 por participação (limitado a 5 pts)</p>	5
		09	<p>Participação como membro titular em bancas de dissertação de mestrado. 0,5 por participação (limitado a 2 pts)</p>	2

		10	Participação como membro titular em bancas de defesa de tese de doutorado. 0,75 por participação (limitado a 3 pts)	3
		11	Coordenações de Projetos de Pesquisa financiados por órgãos de fomento estaduais ou federais que não se enquadrem em caráter de Iniciação Científica. 2,0 por projeto (limitado a 4 pts).	4
		12	Patente registrada.	4
		13	Programa de computador com registro no INPI.	6
		14	Programa de computador com registro no INPI relacionado à Engenharia Nuclear	7
TOTAL				100

Nº da vaga	HABILITAÇÃO	ITEM	TÍTULO	VALOR DA TITULAÇÃO
03	Engenharia de Produção Aplicada a Pesquisa Operacional	01	Diploma, Certificado ou Declaração de pós-doutorado, na Habilitação a que concorre, emitida por instituição no país ou no exterior. Serão computados 10 pontos para cada pós-doutorado, até o limite de dois pós-doutorados. Caso haja mais de um Diploma, Certificado ou Declaração, os pontos serão cumulativos até o limite de 20 pontos.	20
		02	Diploma, Certificado ou Declaração, com reconhecimento internacional de exames de proficiência em inglês, alemão ou francês a partir do nível intermediário. Caso haja mais de um Diploma, Certificado ou Declaração, os pontos NÃO serão cumulativos.	5
		03	Quantidade de anos em atividade profissional na área de Pesquisa Operacional ou Avaliação Operacional, exercida em Instituição Pública ou	25

			Privada, com correspondente registro do período trabalhado em carteira profissional, contrato de trabalho ou por ato institucional de entidade pública. Serão computados 5 pontos para cada ano, até o limite de 25 pontos	
		04	Experiência na Coordenação de projeto de Extensão, Pesquisa e ou Inovação Tecnológica financiado por agência de fomento. Será computado 1 ponto para cada ano, até o limite de 5 pontos.	5
		05	Artigo publicado em revistas científicas, classificação QUALIS CAPES A1 ou A2 nas Grandes Áreas de “Ciências Exatas e da Terra” ou “Engenharias”. Serão computados 5,0 pontos para cada artigo publicado, até o limite de 8 artigos e 40 pontos.	40
		06	Apenas caso não tenha alcançado os 40 pontos no item 5: Artigo publicado em revistas científicas ou eventos acadêmicos e simpósios, classificação QUALIS CAPES A3 ou A4 nas Grandes Áreas de “Ciências Exatas e da Terra” ou “Engenharias” ou classificação QUALIS CAPES A1 ou A2 na Grande Área “Multidisciplinar”. Serão computados 2,5 pontos para cada artigo publicado, até o limite de 10 artigos neste item e de 40 pontos considerando o somatório obtido nos itens 5 e 6.	
		07	Apenas caso não tenha alcançado os 40 pontos nos itens 5 e 6: Artigo publicado em revistas científicas ou eventos acadêmicos e simpósios, classificação QUALIS CAPES B1, B2 ou B3 nas Grandes Áreas de “Ciências Exatas e da Terra” ou “Engenharias” ou classificação QUALIS CAPES A1 ou A2 em outras Grandes Áreas não citadas anteriormente. Será computado 1,0 ponto para cada artigo publicado, até o limite de 10 artigos	

			neste item e de 40 pontos considerando o somatório obtido nos itens 5, 6 e 7.	
		08	Diploma, Certificado ou Declaração de conclusão de curso de pós-graduação na área de Gestão de Projetos ou Gerenciamento de Projetos, emitida por instituição no país ou no exterior. Caso haja mais de um Diploma, Certificado ou Declaração, os pontos NÃO serão cumulativos.	5
TOTAL				100

Nº da vaga	HABILITAÇÃO	ITEM	TÍTULO	VALOR DA TITULAÇÃO
04	Oceanografia ou Meteorologia	01	Diploma, Certificado ou Declaração de pós-doutorado, na Habilitação a que concorre, emitida por instituição no país ou no exterior. Caso haja mais de um Diploma, Certificado ou Declaração, os pontos não serão cumulativos.	20
		02	Diploma, Certificado ou Declaração, com reconhecimento internacional de exames de proficiência em inglês, francês ou alemão a partir do nível intermediário. Caso haja mais de um Diploma, Certificado ou Declaração, os pontos não serão cumulativos.	5
		03	Quantidade de anos de atividade profissional na área a que concorre. Serão computados 15 pontos a partir de 5 anos devidamente comprovados, e somados 5 pontos para cada ano adicional, até o limite de 40 pontos.	40
		04	Artigo publicado em revistas científicas, classificação QUALIS CAPES A1 ou A2. Serão computados 5 pontos para cada artigo publicado, até o limite de 4 artigos.	20
		05	Artigo publicado em revistas científicas, classificação QUALIS CAPES B1 ou B2. Serão computados 2,5 pontos para cada	10

			artigo publicado, até o limite de 4 artigos.	
		06	Artigo publicado em revistas científicas, classificação QUALIS CAPES B3, B4 ou B5. Será computado 1 ponto para cada artigo publicado, até o limite de 5 artigos.	5
TOTAL				100

Nº da vaga	HABILITAÇÃO	ITEM	TÍTULO	VALOR DA TITULAÇÃO
05	Engenharia Eletrônica	01	Diploma, Certificado ou Declaração de pós-doutorado, na Habilitação a que concorre, emitida por instituição no país ou no exterior. Caso haja mais de um Diploma, Certificado ou Declaração, os pontos NÃO serão cumulativos.	20
		02	Diploma, Certificado ou Declaração, com reconhecimento internacional de exames de proficiência em inglês, francês ou alemão a partir do nível intermediário. Caso haja mais de um Diploma, Certificado ou Declaração, os pontos NÃO serão cumulativos.	5
		03	Diploma, Certificado ou Declaração de conclusão de curso de pós-graduação "Strictu Sensu" em nível de mestrado, em Engenharia Elétrica, Eletrônica ou Oceânica. Caso haja mais de um Diploma, Certificado ou Declaração, os pontos NÃO serão cumulativos.	10
		04	Quantidade de anos de atividade profissional na área de propagação acústica, transdutores Hidroacústicos ou processamento de sinais analógicos. Serão computados 10,0 pontos a partir de 5 anos devidamente comprovados, e somados 5 pontos para cada ano adicional, até o limite de 35 pontos.	35
		05	Artigo publicado em revistas científicas, classificação QUALIS CAPES A1 ou A2. Serão computados 5,0 pontos para cada	20

			artigo publicado, até o limite de 4 artigos.	
		06	Artigo publicado em revistas científicas com outras classificações, congressos ou conferências. Serão computados 2,5 pontos para cada artigo publicado, até o limite de 4 artigos.	10
TOTAL				100

Nº da vaga	HABILITAÇÃO	ITEM	TÍTULO	VALOR DA TITULAÇÃO
06	Engenharia Mecânica (Estruturas ou Tubulações)	01	Diploma, Certificado ou Declaração de pós-doutorado, na Habilitação a que concorre, emitida por instituição no país ou no exterior. Caso haja mais de um Diploma, Certificado ou Declaração, os pontos NÃO serão cumulativos.	20
		02	Diploma, Certificado ou Declaração, com reconhecimento Internacional de exames de proficiência em inglês, francês ou alemão a partir do nível intermediário. Caso haja mais de um Diploma, Certificado ou Declaração, os pontos NÃO serão cumulativos.	5
		03	Quantidade de anos em atividades em software de análise de esforços e tensões em elementos de tubulações (Pipestress/CAESAR-II). Serão computados 5 pontos para cada ano, até o limite de 40 pontos	40
		04	Artigo publicado em revistas científicas, classificação QUALIS CAPES A1 ou A2. Serão computados 5,0 pontos para cada artigo publicado, até o limite de 4 artigos	20
		05	Artigo publicado em revistas científicas, classificação QUALIS CAPES B1 ou B2. Serão computados 2,5 pontos para cada artigo publicado, até o limite de 4 artigos.	10
		06	Artigo publicado em revistas científicas,	5

			classificação QUALIS CAPES B3, B4 ou B5. Serão computados 1,0 ponto para cada artigo publicado, até o limite de 5 artigos.	
TOTAL				100

Nº da vaga	HABILITAÇÃO	ITEM	TÍTULO	VALOR DA TITULAÇÃO
07	Engenharia Mecânica (Segurança de Sistemas Industriais)	01	Diploma, Certificado ou Declaração de pós-doutorado, na Habilitação a que concorre, emitida por instituição no país ou no exterior. Caso haja mais de um Diploma, Certificado ou Declaração, os pontos NÃO serão cumulativos.	20
		02	Diploma, Certificado ou Declaração, com reconhecimento internacional de exames de proficiência em inglês, francês ou alemão a partir do nível intermediário. Caso haja mais de um Diploma, Certificado ou Declaração, os pontos NÃO serão cumulativos.	5
		03	Quantidade de anos em atividades de pesquisa e desenvolvimento de metodologias de análise de fatores humanos aplicados à segurança de sistemas (por exemplo: THERP), sendo capaz de quantificar o impacto probabilístico dos fatores humanos sobre a segurança ao incluir os erros humanos como elementos das árvores de falhas. Serão computados 5 pontos para cada ano, até o limite de 40 Pontos.	40
		04	Artigo publicado em revistas científicas, classificação QUALIS CAPES A1 ou A2. Serão computados 5,0 pontos para cada artigo publicado, até o limite de 4 artigos	20
		05	Artigo publicado em revistas científicas, classificação QUALIS CAPES B1 ou B2. Serão computados 2,5 pontos para cada artigo publicado, até o limite de 4 artigos	10
		06	Artigo publicado em revistas científicas,	5

			classificação QUALIS CAPES B3, B4 ou B5. Será computado 1,0 ponto para cada artigo publicado, até o limite de 5 artigos.	
100				100

Nº da vaga	HABILITAÇÃO	ITEM	TÍTULO	VALOR DA TITULAÇÃO
08	Matemática aplicada em criptologia	01	Diploma, certificado ou declaração de pós-doutorado, na habilitação a que concorre, emitida por instituição no país ou no exterior. Caso haja mais de um diploma, certificado ou declaração, os pontos NÃO serão cumulativos.	20
		02	Diploma, certificado ou declaração, com reconhecimento internacional de exames de proficiência em inglês a partir do nível intermediário. Caso haja mais de um diploma, certificado ou declaração, os pontos NÃO serão cumulativos.	5
		03	Competência técnico-profissional comprovada por certificações em Criptologia, Matemática Aplicada ou Segurança da Informação	10
		04	Quantidade de anos em atividade profissional na área de Criptologia, Matemática Aplicada ou Segurança da Informação, exercida em empresa, com correspondente registro do período trabalhado em carteira profissional, contrato de trabalho ou por ato institucional de entidade pública. Serão computados 5 pontos para cada ano, até o limite de 25 pontos.	25

		05	Experiência na Coordenação de projeto de Extensão, Pesquisa e ou Inovação Tecnológica financiado por agência de fomento. Será computado 1 ponto para cada ano, até o limite de 5 pontos	5
		06	Artigo publicado em revistas científicas, classificação QUALIS CAPES A1 ou A2. Serão computados 5,0 pontos para cada artigo publicado, até o limite de 4 artigos.	20
		07	Artigo publicado em revistas científicas, classificação QUALIS CAPES B1 ou B2. Serão computados 2,5 pontos para cada artigo publicado, até o limite de 4 artigos.	10
		08	Artigo publicado em revistas científicas, classificação QUALIS CAPES B3, B4 ou B5. Será computado 1,0 ponto para cada artigo publicado, até o limite de 5 artigos.	5
TOTAL				100

Nº da vaga	HABILITAÇÃO	ITEM	TÍTULO	VALOR DA TITULAÇÃO
09	Ciência da Computação	01	Diploma, Certificado ou Declaração de pós-doutorado, na Habilitação a que concorre, emitida por instituição no país ou no exterior. Caso haja mais de um Diploma, Certificado ou Declaração, os pontos NÃO serão cumulativos.	20
		02	Diploma, Certificado ou Declaração, com reconhecimento internacional de exames de proficiência em inglês a partir do nível intermediário. Caso haja mais de um Diploma, Certificado ou Declaração, os pontos NÃO serão cumulativo.	5
		03	Competência técnico-profissional comprovada por certificações em Inteligência Artificial.	10

		04	Quantidade de anos em atividade profissional na área de Inteligência Artificial, exercida em empresa, com correspondente registro do período trabalhado em carteira profissional, contrato de trabalho ou por ato institucional de entidade pública. Serão computados 5 pontos para cada ano, até o limite de 25 pontos	25
		05	Experiência na Coordenação de projeto de Extensão, Pesquisa e ou Inovação Tecnológica financiado por agência de fomento. Será computado 1 ponto para cada ano, até o limite de 5 pontos.	5
		06	Artigo publicado em revistas científicas, classificação QUALIS CAPES A1 ou A2. Serão computados 5,0 pontos para cada artigo publicado, até o limite de 4 artigos.	20
		07	Artigo publicado em revistas científicas, classificação QUALIS CAPES B1 ou B2. Serão computados 2,5 pontos para cada artigo publicado, até o limite de 4 artigos	10
		08	Artigo publicado em revistas científicas, classificação QUALIS CAPES B3, B4 ou B5. Será computado 1,0 ponto para cada artigo publicado, até o limite de 5 artigos.	5
TOTAL				100

Nº da vaga	HABILITAÇÃO	ITEM	TÍTULO	VALOR DA TITULAÇÃO
10	Engenharia de Produção	01	Diploma, Certificado ou Declaração de pós-doutorado, na Habilitação a que concorre, emitida por instituição no país ou no exterior. Caso haja mais de um Diploma, Certificado ou Declaração, os pontos NÃO serão cumulativos.	20
		02	Diploma, Certificado ou Declaração de conclusão de curso de pós-graduação "Strictu Sensu" em nível de doutorado, na Habilitação a que concorre, emitido por instituição possuidora de curso recomendado pela CAPES. Não será computado o Diploma, Certificado ou Declaração que seja pré-requisito para concorrer a vaga. Caso haja mais de um Diploma, Certificado ou Declaração, excetuando-se o que seja pré-requisito para a vaga, os pontos NÃO serão cumulativos.	15
		03	Diploma, Certificado ou Declaração de conclusão de curso de pós-graduação "Strictu Sensu" em nível de mestrado, na Habilitação a que concorre, emitido por instituição possuidora de curso recomendado pela CAPES. Caso haja mais de um Diploma, Certificado ou Declaração, os pontos NÃO serão cumulativos.	10
		04	Diploma, Certificado ou Declaração de curso de especialização "lato-sensu" na Habilitação a que concorre, com carga horária mínima de 360 horas. Caso haja mais de um Diploma, Certificado ou Declaração, os pontos NÃO serão cumulativos.	6

		05	Diploma, Certificado ou Declaração, com reconhecimento internacional de exames de proficiência em inglês, francês ou alemão a partir do nível intermediário. Caso haja mais de um Diploma, Certificado ou Declaração, os pontos NÃO serão cumulativos.	5
		06	Quantidade de anos de atividade profissional na área a que concorre, além dos 5 anos exigidos. Serão computados 4,0 pontos para cada ano devidamente comprovado, até o limite de 4 anos.	16
		07	Artigo publicado em revistas científicas, classificação QUALIS CAPES A1 ou A2. Serão computados 4,0 pontos para cada artigo publicado, até o limite de 4 artigos.	16
		08	Artigo publicado em revistas científicas, classificação QUALIS CAPES B1 ou B2. Serão computados 2,0 pontos para cada artigo publicado, até o limite de 4 artigos.	8
		09	Artigo publicado em revistas científicas, classificação QUALIS CAPES B3, B4 ou B5. Será computado 1,0 ponto para cada artigo publicado, até o limite de 4 artigos.	4
TOTAL				100

Nº da vaga	HABILITAÇÃO	ITEM	TÍTULO	VALOR DA TITULAÇÃO
11	Engenharia Eletrônica ou Engenharia Acústica	01	Diploma, Certificado ou Declaração de pós-doutorado, na Habilitação a que concorre, emitida por instituição no país ou no exterior. Caso haja mais de um Diploma, Certificado ou Declaração, os pontos não serão cumulativos.	20

		02	Diploma, Certificado ou Declaração, com reconhecimento internacional de exames de proficiência em inglês, francês ou alemão a partir do nível intermediário. Caso haja mais de um Diploma, Certificado ou Declaração, os pontos não serão cumulativos.	5
		03	Quantidade de anos de atividade profissional na área a que concorre. Serão computados 15 pontos a partir de 5 anos devidamente comprovados, e somados 5 pontos para cada ano adicional, até o limite de 40 pontos.	40
		04	Artigo publicado em revistas científicas, classificação QUALIS CAPES A1 ou A2. Serão computados 5 pontos para cada artigo publicado, até o limite de 4 artigos.	20
		05	Artigo publicado em revistas científicas, classificação QUALIS CAPES B1ou B2. Serão computados 2,5 pontos para cada artigo publicado, até o limite de 4 artigos.	10
		06	Artigo publicado em revistas científicas, classificação QUALIS CAPES B3, B4 ou B5. Será computado 1 ponto para cada artigo publicado, até o limite de 5 artigos.	5
TOTAL				100

Nº da vaga	HABILITAÇÃO	ITEM	TÍTULO	VALOR DA TITULAÇÃO
12	Ciência da Computação	01	Diploma, Certificado ou Declaração de pós-doutorado, emitida por instituição no país ou no exterior, em um dos seguintes temas: Modelagem e Simulação de Jogos Digitais; ou Mecatrônica e Sistemas Embarcados; ou Inteligência Artificial para Visão Computacional. Caso haja mais de um Diploma, Certificado ou Declaração, os pontos NÃO serão cumulativos.	20

		02	Quantidade de anos em atividade profissional na área de Modelagem e Simulação de Jogos Digitais; ou Mecatrônica e Sistemas Embarcados; ou Inteligência Artificial para Visão Computacional, exercida em empresa, com correspondente registro do período trabalhado em carteira profissional, contrato de trabalho ou por ato institucional de entidade pública. Serão computados 2 pontos para cada ano, até o limite de 10 pontos.	10
		03	Experiência na Coordenação de projeto de Extensão, Pesquisa e ou Inovação Tecnológica financiado por agência de fomento.	10
		04	Artigo científico publicado em periódico, classificação QUALIS CAPES A1 ou A2. Serão computados 5 pontos para cada artigo publicado, até o limite de 4 artigos.	20
		05	Artigo científico publicado em periódico, classificação QUALIS CAPES A3 ou A4. Serão computados 4 pontos para cada artigo publicado, até o limite de 5 artigos.	20
		06	Artigo científico publicado em periódico, classificação QUALIS CAPES B1 ou B2. Serão computados 3 pontos para cada artigo publicado, até o limite de 4 artigos.	12
		07	Artigo científico publicado em periódico, classificação QUALIS CAPES B3 ou B4. Serão computados 2 pontos para cada artigo publicado, até o limite de 4 artigos.	8
TOTAL				100

Nº da vaga	HABILITAÇÃO	ITEM	TÍTULO	VALOR DA TITULAÇÃO
13	Oceanografia	01	Diploma, Certificado ou Declaração de pós-doutorado na habilitação a que concorre, emitida por instituição no país ou no exterior. Caso haja mais de um Diploma, Certificado ou Declaração, os pontos não serão cumulativos.	20
		02	Diploma, Certificado ou Declaração, com reconhecimento internacional de exames de proficiência em inglês, francês ou alemão a partir do nível intermediário. Caso haja mais de um Diploma, Certificado ou Declaração, os pontos não serão cumulativos.	5
		03	Quantidade de anos de atividade profissional na área a que concorre. Serão computados 5 pontos para cada ano, até o limite de 40 Pontos.	40
		04	Artigo publicado em revistas científicas, classificação QUALIS CAPES A1 ou A2. Serão computados 5 pontos para cada artigo publicado, até o limite de 4 artigos.	20
		05	Artigo publicado em revistas científicas, classificação QUALIS CAPES B1 ou B2. Serão computados 2,5 pontos para cada artigo publicado, até o limite de 4 artigos.	10
		06	Artigo publicado em revistas científicas, classificação QUALIS CAPES B3, B4 ou B5. Será computado 1 ponto para cada artigo publicado, até o limite de 5 artigos.	5
TOTAL				100

Nº da vaga	HABILITAÇÃO	ITEM	TÍTULO	VALOR DA TITULAÇÃO
14	Engenharia Elétrica ou Engenharia de Telecomunicações	01	Diploma, Certificado ou Declaração de pós-doutorado na habilitação a que concorre, emitida por instituição no país ou no exterior. Caso haja mais de um Diploma, Certificado ou Declaração, os pontos não serão cumulativos.	20
		02	Diploma, Certificado ou Declaração com reconhecimento internacional de exames de proficiência em inglês, francês ou alemão a partir do nível intermediário. Caso haja mais de um Diploma, Certificado ou Declaração, os pontos não serão cumulativos.	5
		03	Quantidade de anos de atividade profissional na área a que concorre. Serão computados 5 pontos para cada ano, até o limite de 40 Pontos.	40
		04	Artigo publicado em revistas científicas, classificação QUALIS CAPES A1 ou A2. Serão computados 5 pontos para cada artigo publicado, até o limite de 4 artigos.	20
		05	Artigo publicado em revistas científicas, classificação QUALIS CAPES B1 ou B2. Serão computados 2,5 pontos para cada artigo publicado, até o limite de 4 artigos.	10
		06	Artigo publicado em revistas científicas, classificação QUALIS CAPES B3, B4 ou B5. Será computado 1 ponto para cada artigo publicado, até o limite de 5 artigos.	5
TOTAL				100

Nº da vaga	HABILITAÇÃO	ITEM	TÍTULO	VALOR DA TITULAÇÃO
15	Engenharia de Produção	01	Diploma, Certificado ou Declaração de pós-doutorado na habilitação a que concorre, emitida por instituição no país ou no exterior. Caso haja mais de um Diploma, Certificado ou Declaração, os pontos NÃO serão cumulativos.	20
		02	Diploma, Certificado ou Declaração de conclusão de curso de pós-graduação "Strictu Sensu" em nível de doutorado na Habilitação a que concorre, emitido por instituição possuidora de curso recomendado pela CAPES. Não será computado o Diploma, Certificado ou Declaração que seja pré-requisito para concorrer a vaga. Caso haja mais de um Diploma, Certificado ou Declaração, excetuando-se o que seja pré-requisito para a vaga, os pontos NÃO serão cumulativos.	15
		03	Diploma, Certificado ou Declaração de conclusão de curso de pós-graduação "Strictu Sensu" em nível de mestrado na Habilitação a que concorre, emitido por instituição possuidora de curso recomendado pela CAPES. Caso haja mais de um Diploma, Certificado ou Declaração, os pontos NÃO serão cumulativos.	10
		04	Diploma, Certificado ou Declaração de curso de especialização "lato-sensu" na habilitação a que concorre, com carga horária mínima de 360 horas. Caso haja mais de um Diploma, Certificado ou Declaração, os pontos NÃO serão cumulativos.	6

		05	Diploma, Certificado ou Declaração com reconhecimento internacional de exames de proficiência em inglês, francês ou alemão a partir do nível intermediário. Caso haja mais de um Diploma, Certificado ou Declaração, os pontos NÃO serão cumulativos.	5
		06	Quantidade de anos de atividade profissional na área a que concorre, além dos 2 anos exigidos. Serão computados 4,0 pontos para cada ano devidamente comprovado, até o limite de 4 anos.	16
		07	Artigo publicado em revistas científicas, classificação QUALIS CAPES A1 ou A2. Serão computados 4,0 pontos para cada artigo publicado, até o limite de 4 artigos.	16
		08	Artigo publicado em revistas científicas, classificação QUALIS CAPES B1 ou B2. Serão computados 2,0 pontos para cada artigo publicado, até o limite de 4 artigos.	8
		09	Artigo publicado em revistas científicas, classificação QUALIS CAPES B3, B4 ou B5. Será computado 1,0 ponto para cada artigo publicado, até o limite de 4 artigos.	4
TOTAL				100

Nº da vaga	HABILITAÇÃO	ITEM	TÍTULO	VALOR DA TITULAÇÃO
16	Engenharia Mecânica	1	Comprovada experiência profissional na área de Engenharia Mecânica, na Administração Pública ou na iniciativa privada de, no mínimo, 2 anos sem sobreposição de tempos, contando 10 pontos. Poderão ser computados 2 pontos a cada ano adicional, até o total de 5 acréscimos.	20
		2	Diploma, Certificado ou Declaração de pós-doutorado, na Habilitação a que concorre, emitida por instituição no país ou no exterior. Caso haja mais de um Diploma, Certificado ou Declaração, os pontos NÃO serão cumulativos.	10
		3	Publicação de artigo técnico-científico em periódico nacional e/ou internacional, com corpo editorial, de acordo com os parâmetros CAPES-QUALIS, denominado Classificação de Periódicos Quadriênio 2016-2020 na área de Ciências Exatas ou Engenharias; ou publicação de trabalho completo em anais de reunião científica nacional e/ou internacional, com corpo editorial, de acordo com os parâmetros CAPES-QUALIS. Em ambos os casos, se o artigo não estiver listado na área de Ciências Exatas ou Engenharias, serão considerados trabalhos qualificados em outras áreas, os quais receberão pontuação	10

			<p>equivalente a um artigo B5 na área de Ciências exatas ou Engenharias.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 5,0 para Qualis A1</li> <li>- 4,0 para Qualis A2</li> <li>- 2,0 para Qualis B1</li> <li>- 1,0 para Qualis B2</li> <li>- 0,8 para Qualis B3</li> <li>- 0,4 para Qualis B4</li> <li>- 0,2 para Qualis B5 ou qualificados em outras</li> </ul>	
		<b>4</b>	<p>Publicação de resumo expandido (até 3 páginas) em anais de reunião científica nacional e/ou internacionais relacionadas à Engenharia Mecânica. 0,5 por resumo.</p>	4
		<b>5</b>	<p>Publicação, com ISBN, de capítulo de livro técnico relacionado à Engenharia Mecânica. 1,0 por capítulo.</p>	5
		<b>6</b>	<p>Publicação, com ISBN, de livro técnico relacionado à Engenharia Mecânica (por livro). 5,00 por livro.</p>	15
		<b>7</b>	<p>Participação em Comitê de Programa de conferência internacional. 0,50 por participação.</p>	5
		<b>8</b>	<p>Participação em Comitê de Programa de conferência nacional à Engenharia Mecânica. 0,25 por participação.</p>	5

		<b>9</b>	Participação como membro titular em bancas de dissertação de mestrado. 0,50 por participação.	<b>2</b>
		<b>10</b>	Participação como membro titular em bancas de defesa de tese de doutorado. 0,75 por participação.	<b>3</b>
		<b>11</b>	Coordenações de Projetos de Pesquisa financiados por órgãos de fomento estaduais ou federais que não se enquadrem em caráter de Iniciação Científica. 2,0 por projeto.	<b>4</b>
		<b>12</b>	Patente registrada.	<b>4</b>
		<b>13</b>	Programa de computador com registro no INPI.	<b>6</b>
		<b>14</b>	Programa de computador com registro INPI relacionado à Engenharia Mecânica.	<b>7</b>
		<b>TOTAL</b>		<b>100</b>

II – Quadro Área de Medicina:

Nº da vaga	HABILITAÇÃO	ITEM	TÍTULO	VALOR DA TITULAÇÃO
1	Cuidados Paliativos	1	Título de especialista em Cuidados Paliativos reconhecido pela Academia Nacional de Cuidados Paliativos (ANCP) e Associação Médica Brasileira (AMB).	25
		2	Comprovada experiência profissional na área de Cuidados Paliativos na Administração Pública ou na iniciativa privada de, no mínimo, 5 anos sem sobreposição de tempos, contando 25 pontos. Poderão ser computados 5 pontos a cada 2 anos adicionais, até o total de 2 acréscimos.	35
		3	Diploma, Certificado ou Declaração de conclusão de curso de pós-graduação "Strictu Sensu" em nível de Mestrado.	10
		4	Diploma, Certificado ou Declaração de conclusão de curso de pós-graduação "Strictu Sensu" em nível de Doutorado.	20
		5	Artigo publicado, como autor, em revista Especializada, apresentando cópia do texto ou ISSN (International Standard Serial Number) do periódico, contando 2 pontos por artigo até o limite de 5 publicações.	10
		TOTAL		

Nº da vaga	HABILITAÇÃO	ITEM	TÍTULO	VALOR DA TITULAÇÃO
2	Oncologia Clínica	1	Certificado/declaração de conclusão de programa de residência médica em Oncologia Clínica. A verificação da autenticidade do documento será feita no sítio eletrônico da Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM) e no sítio eletrônico do MEC, buscando o ato legal de aprovação do Programa de Residência Médica.	15

		2	Certificado de conclusão de Curso de Pós-Graduação "lato-sensu", em nível de especialização, em Oncologia Clínica com certificado emitido por instituição de ensino oficialmente reconhecida pelo MEC ou Título de Especialista em Oncologia Clínica expedido pela Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica.	10
		3	Comprovada experiência profissional na área de Oncologia Clínica na Administração Pública ou na iniciativa privada de, no mínimo, 2 anos, sem sobreposição de tempos, contando 20 pontos. Poderão ser computados 5 pontos a cada 2 anos adicionais, até o total de 3 acréscimos.	35
		4	Diploma, Certificado ou Declaração de conclusão de curso de pós-graduação "Strictu Sensu", em nível de Mestrado.	15
		5	Diploma, Certificado ou Declaração de conclusão de curso de pós-graduação "Strictu Sensu", em nível de Doutorado.	20
		6	Artigo publicado, como autor, em revista Especializada, apresentando cópia do texto ou ISSN ( <i>International Standard Serial Number</i> ) do periódico, contando 1 ponto por artigo até o limite de 5 publicações.	5
		TOTAL		100

Nº da vaga	HABILITAÇÃO	ITEM	TÍTULO	VALOR DA TITULAÇÃO
3	Radioterapia	1	Certificado/declaração de conclusão de programa de residência médica em Radioterapia. A verificação da autenticidade do documento será feita no sítio eletrônico da Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM) e no sítio eletrônico do MEC, buscando o ato legal de aprovação do Programa de Residência Médica.	20

		2	Certificado de conclusão de curso de Pós-Graduação “ <i>lato-sensu</i> ”, em nível de especialização, em Radioterapia, com carga horária mínima de 360 horas. O certificado deve ser emitido por instituição de ensino oficialmente reconhecida pelo MEC.	15
		3	Título de Especialista em Radioterapia expedido pela Sociedade Brasileira de Radioterapia (SBRT).	10
		4	Comprovada experiência profissional na área de Radioterapia, na Administração Pública ou na iniciativa privada de, no mínimo, 2 anos, sem sobreposição de tempos, contando 10 pontos. Poderão ser computados 5 pontos a cada ano adicional, até o total de 3 acréscimos.	25
		5	Comprovada experiência profissional, de, no mínimo, 1 ano atuando na área de Radioterapia de alta tecnologia(Intensidade Modulada de Radioterapia, Arco Modulado Volumétrico e Imagem Guiada de Radioterapia), contando 10 pontos. Poderão ser computados 5 pontos a cada ano adicional, até o total de 3 acréscimos.	25
		6	Artigo publicado, como autor, em revista Especializada, apresentando cópia do texto ou ISSN ( <i>International Standard Serial Number</i> ) do periódico, contando 1 ponto por artigo até o limite de 5 publicações.	5
		<b>TOTAL</b>		<b>100</b>

Nº da vaga	HABILITAÇÃO	ITEM	TÍTULO	VALOR DA TITULAÇÃO
4	Terapia Intensiva Pediátrica	1	Certificado/declaração de conclusão de programa de residência médica em Pediatria. A verificação da autenticidade do documento será feita no sítio eletrônico da Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM) e no sítio eletrônico do MEC, buscando o ato legal de aprovação do Programa de Residência Médica.	15

		2	Certificado de conclusão de curso de pós-graduação “ <i>lato-sensu</i> ”, em nível de especialização em Pediatria, com carga horária mínima de 360 horas. O certificado deve ser emitido por instituição de ensino oficialmente reconhecida pelo MEC.	10
		3	Certificado/declaração de conclusão de programa de residência médica em Terapia Intensiva Pediátrica. A verificação da autenticidade do documento será feita no sítio eletrônico da Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM) e no sítio eletrônico do MEC, buscando o ato legal de aprovação do Programa de Residência Médica.	20
		4	Título de Especialista em Terapia intensiva Pediátrica expedido pela Associação de Medicina Intensiva Brasileira (AMIB).	15
		5	Comprovada experiência profissional na área de Terapia Intensiva Pediátrica, na Administração Pública ou na iniciativa privada de, no mínimo, 2anos sem sobreposição de tempos, contando 20 pontos. Poderão ser computados 5 pontos a cada ano adicional, até o total de 3 acréscimos.	35
		6	Artigo publicado, como autor, em revista Especializada, apresentando cópia do texto ou ISSN ( <i>International Standard Serial Number</i> ) do periódico, contando 1 ponto por artigo até o limite de 5 publicações.	5
		<b>TOTAL</b>		<b>100</b>

Nº da vaga	HABILITAÇÃO	ITEM	TÍTULO	VALOR DA TITULAÇÃO
5	Hemodinâmica	1	Certificado/declaração de conclusão de Programa de Residência Médica em Cardiologia. A verificação da autenticidade do documento será feita no sítio eletrônico da Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM) e no sítio eletrônico do MEC, buscando o ato legal de aprovação do Programa de Residência Médica.	15

		2	Certificado de conclusão de Curso de Pós-Graduação “ <i>lato-sensu</i> ”, em nível de especialização em Cardiologia. O certificado deve ser emitido por instituição de ensino oficialmente reconhecida pelo MEC ou Título de Especialista em Cardiologia expedido pela Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC).	10
		3	Certificado/declaração de conclusão de Programa de Residência Médica em Cardiologia intervencionista (Hemodinâmica). A verificação da autenticidade do documento será feita no sítio eletrônico da Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM) e no sítio eletrônico do MEC, buscando o ato legal de aprovação do Programa de Residência Médica.	20
		4	Título de Especialista em Cardiologia intervencionista (hemodinâmica) expedido pela Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC).	15
		5	Comprovada experiência profissional em cardiologia Intervencionista (Hemodinâmica), na Administração Pública ou na iniciativa privada de, no mínimo, 2 anos sem sobreposição de tempos, contando 20 pontos. Poderão ser computados 5 pontos a cada ano adicional, até o total de 3 acréscimos.	35
		6	Artigo publicado, como autor, em revista Especializada, apresentando cópia do texto ou ISSN ( <i>International Standard Serial Number</i> ) do periódico, contando 1 ponto por artigo até o limite de 5 publicações.	5
		<b>TOTAL</b>		<b>100</b>

Nº da vaga	HABILITAÇÃO	ITEM	TÍTULO	VALOR DA TITULAÇÃO
6	Radiologia	1	Certificado/declaração de conclusão de Programa de Residência Médica em Radiologia e diagnóstico por imagem. A verificação da autenticidade do documento será feita no sítio eletrônico da Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM) e no sítio eletrônico do MEC, buscando o ato legal de Aprovação do Programa de Residência Médica.	12
		2	Certificado de conclusão de Curso de Pós-Graduação “ <i>lato-sensu</i> ”, em nível de especialização, em Radiologia e diagnóstico por imagem, com carga horária mínima de 360 horas. O certificado deve ser emitido por instituição de ensino oficialmente reconhecida pelo MEC.	10
		3	Certificado/declaração de conclusão de Programa de Residência Médica em Radiologia Intervencionista. A verificação da autenticidade do documento será feita no sítio eletrônico da Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM) e no sítio eletrônico do MEC, buscando o ato legal de aprovação do Programa de Residência Médica.	15
		4	Título de Especialista em Radiologia Intervencionista emitido pelo Colégio Brasileiro de Radiologia (CBR) reconhecido pela Associação Médica Brasileira (AMB).	13
		5	Comprovada experiência profissional na área de Radiologia e diagnóstico por imagem, na Administração Pública ou na iniciativa privada de, no mínimo, 5 anos sem sobreposição de tempos, contando 10 pontos. Poderão ser computados 2 pontos a cada ano adicional, até o total de 3 acréscimos.	16
		6	Comprovada experiência profissional na área de Radiologia intervencionista utilizando as técnicas de	30

			Ultrassonografia ou Tomografia Computadorizada, na Administração Pública ou na iniciativa privada de, no mínimo, 2 anos sem sobreposição de tempos, contando 15 pontos. Poderão ser computados 5 pontos a cada ano adicional, até o total de 3 acréscimos.	
		7	Artigo publicado, como autor, em revista Especializada, apresentando cópia do texto ou ISSN ( <i>International Standard Serial Number</i> ) do periódico, contando 1 ponto por artigo até o limite de 4 publicações.	4
		<b>TOTAL</b>		<b>100</b>

Nº da vaga	HABILITAÇÃO	ITEM	TÍTULO	VALOR DA TITULAÇÃO
7	Oncologia Ortopédica	1	Certificado/declaração de conclusão de Programa de Residência Médica em Ortopedia e Traumatologia. A verificação da autenticidade do documento será feita no sítio eletrônico da Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM) e no sítio eletrônico do MEC, buscando o ato legal de aprovação do Programa de Residência Médica e Título de especialista emitido pela sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia.	5
		2	Certificado de conclusão de Curso de Pós-graduação " <i>lato-sensu</i> ", em nível de especialização, em Oncologia Ortopédica e Título de Especialista em Oncologia Ortopédica expedido pela Associação Brasileira de Oncologia Ortopédica (ABOO).	15

		3	Comprovada experiência profissional na área de Oncologia Ortopédica de no mínimo, 3 anos, sem sobreposição de tempos, contando 30 pontos.	30
		4	Diploma, Certificado ou Declaração de conclusão de curso de pós-graduação "Strictu Sensu" em nível de Mestrado.	15
		5	Diploma, Certificado ou Declaração de conclusão de curso de pós-graduação "Strictu Sensu" em nível de Doutorado.	25
		6	Artigo publicado, em revista Especializada, apresentando cópia do texto ou ISSN ( <i>International Standard Serial Number</i> ) do periódico, contando 2 pontos por artigo até o limite de 5 publicações.	10
		<b>TOTAL</b>		<b>100</b>

III – Quadro Área de Educação:

Nº da vaga	HABILITAÇÃO	ITEM	TÍTULO	VALOR DA TITULAÇÃO
01	Direito	A) FORMAÇÃO PROFISSIONAL		
		01	DOUTORADO: Diploma, Certificado ou Declaração de conclusão de curso de pós-graduação "Strictu Sensu" em nível de doutorado, na Habilitação a que concorre, emitido por instituição possuidora de curso recomendado pela CAPES. Não será computado o Diploma, Certificado ou Declaração que seja pré-requisito para concorrer a vaga. Caso haja mais de um Diploma, Certificado ou Declaração, excetuando-se o que seja pré-requisito para a vaga, os pontos NÃO serão cumulativos. 11 pontos independente do número de diplomas apresentados.	11
		02	MESTRADO: Diploma de conclusão de curso de pós-graduação "Stricto sensu" em nível de mestrado, nas áreas	6

			relacionadas aos requisitos estabelecidos. 6 pontos independente do número de diplomas apresentados.	
		03	ESPECIALIZAÇÃO: Certificado de conclusão de curso de pós-graduação “lato sensu” nas áreas relacionadas aos requisitos estabelecidos. 3 pontos independente do número de certificados apresentadas.	3
		04	PÓS-DOCTORADO: Diploma, certificado ou declaração de pós-doutorado, na habilitação a que concorre, emitida por instituição no país ou no exterior. 5 pontos independente do número de comprovações apresenta	5
		TOTAL MÁXIMO: FORMAÇÃO PROFISSIONAL		25
		B) PRODUÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA (últimos 10 anos): Considera-se a coautoria de até 3 autores ou, no caso de mais autores, se o candidato for o primeiro autor.		
		05	Autoria de livro editado internacionalmente nas áreas relacionadas aos requisitos estabelecidos. Considera-se livro internacional a primeira edição editada por editora internacional. 3 pontos por autoria, no máximo 2 livros (limitado a 6 pts).	6
		06	Autoria de livro editado nacionalmente nas áreas relacionadas aos requisitos estabelecidos. Considera-se livro nacional a primeira edição editada por editora nacional. 2 pontos por autoria, máximo 2 livros (limitado a 4 pts).	4
		07	Autoria de capítulo de livro internacional nas áreas relacionadas aos requisitos estabelecidos. Considera-se livro internacional a primeira edição editada por editora internacional. 1 ponto por autoria, no máximo 4 capítulos (limitado a 4 pts).	4

		08	Autoria de capítulo de livro nacional nas áreas relacionadas aos requisitos estabelecidos, desde que não seja de livro de autoria ou organização própria. Considera-se livro nacional a primeira edição editada por editora nacional. 1 ponto por autoria, no máximo 3 capítulos (limitado a 3 pts).	3
		09	Artigo publicado em periódico científico especializado dos estratos superiores A1 ou A2 do QUALIS Periódico, nas áreas relacionadas aos requisitos estabelecidos. 2 pontos por autoria, no máximo 4 artigos (limitado a 8pts).	8
		10	Artigo publicado em periódico científico especializado dos estratos superiores A3 ou A4 do QUALIS Periódico, nas áreas relacionadas aos requisitos estabelecidos. 1 ponto por autoria, no máximo 4 artigos (limitado a 4 pts).	4
		11	Artigo publicado em periódico científico especializado do estrato B do QUALIS Periódico nas áreas relacionadas aos requisitos estabelecidos. 0,5 pontos por autoria, no máximo 4 artigos (limitado a 2 pts).	2
		12	Produção técnica nas áreas relacionadas aos requisitos estabelecidos. 1 ponto por autoria, no máximo 4 produções (limitado a 4 pts).	4
		13	Ações Judiciais em que tenha atuado diretamente, relacionadas às temáticas de Direito Marítimo e/ou do Mar. 2 pontos por autoria, no máximo 2 ações (limitado a 4 pts).	4
		14	Prêmios e títulos honoríficos nas áreas relacionadas aos requisitos estabelecidos. 0,5 ponto por cada, no máximo 2 (limitado a 1 pt).	1
		TOTAL MÁXIMO: PRODUÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA		40

C) ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E PROFISSIONAIS		
15	Orientação de tese de doutorado "stricto sensu" defendida e aprovada. 2 pontos por orientação, no máximo 4 orientações (limitado a 8 pts).	8
16	Orientação de dissertação de mestrado "stricto sensu" defendida e aprovada. 1 ponto por orientação, no máximo 4 orientações (limitado a 4 pts).	4
17	Orientação de monografia de cursos de graduação ou especialização. 0,2 pontos por orientação, no máximo 5 orientações (limitado a 1 pt).	1
18	Atividade de magistério superior, a cada 45h em sala de aula. 0,2 pontos por 45h em sala de aula, no máximo 25 (limitado a 5 pts).	5
19	Atividade profissional nas áreas relacionadas no edital do concurso. 1 ponto por atividade, no máximo 4 (limitado a 4 pts).	4
20	Participação em Banca de defesa de tese de doutorado. 0,4 pontos por participação em banca, no máximo 5 (limitado a 2 pts).	2
21	Participação em Banca de dissertação de mestrado. 0,2 pontos por participação em banca, no máximo 10 (limitado a 2 pts).	2

		22	Participação em Banca de Graduação. 0,1 ponto por participação em banca, no máximo 10 (limitado a 1 pt).	1
		23	Coordenação de projetos aprovados e financiados em órgãos públicos de fomento, ministérios do governo, fundações de apoio e empresas públicas ou privadas. 1 ponto por coordenação, no máximo 5 (limitado a 5 pts).	5
		24	Participação em Comissão Organizadora em evento científico ou tecnológico nas áreas relacionadas aos requisitos estabelecidos. 0,2 pontos por atividade, no máximo 5 (limitado a 1	1
		25	Participação em Projeto de Pesquisa formal, como pesquisador (mínimo de 30 dias no projeto). 0,5 pontos por participação, no máximo 4 (limitado a 2 pts).	2
		TOTAL MÁXIMO: ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E PROFISSIONAIS		35
		PONTUAÇÃO MÁXIMO NA PROVA DE TÍTULOS		100

Nº da vaga	HABILITAÇÃO	ITEM	TÍTULO	VALOR DA TITULAÇÃO
02	Administração/ Economia/ Engenharia	A) FORMAÇÃO PROFISSIONAL		
		1	DOUTORADO: Diploma, Certificado ou Declaração de conclusão de curso de pós-graduação "Strictu Sensu" em nível de doutorado, na Habilitação a que concorre, emitido por instituição possuidora de curso recomendado pela CAPES. Não será computado o Diploma, Certificado ou Declaração que seja pré-requisito para concorrer a vaga. Caso haja mais de um Diploma, Certificado ou Declaração, excetuando-se o que seja pré-requisito para a vaga, os pontos NÃO serão cumulativos. 11 pontos independente do número de diplomas apresentados.	11
		02	MESTRADO: Diploma de conclusão de curso de pós-graduação "stricto sensu" em nível de mestrado, nas áreas relacionadas aos requisitos estabelecidos. 6 pontos independente do número de diplomas apresentados.	6
		03	ESPECIALIZAÇÃO: Certificado de conclusão de curso de pós-graduação "lato sensu" nas áreas relacionadas aos requisitos estabelecidos. 3 pontos independente do número de certificados apresentados.	3
		04	PÓS-DOCTORADO: Diploma, certificado ou declaração de pós-doutorado, na habilitação a que concorre, emitida por instituição no país ou no exterior. 5 pontos independente do número de declarações apresentadas.	5
		TOTAL MÁXIMO: FORMAÇÃO PROFISSIONAL		25
		B) PRODUÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA (ÚLTIMOS 10 ANOS): Considera-se a coautoria de até 3 autores ou, no caso de mais autores, se o candidato for o primeiro autor.		

		05	Autoria de livro editado internacionalmente nas áreas relacionadas aos requisitos estabelecidos. Considera-se livro internacional a primeira edição editada por editora internacional. 3 pontos por autoria, no máximo 2 (limitado a 6 pts).	6
		06	Autoria de livro editado nacionalmente nas áreas relacionadas aos requisitos estabelecidos. Considera-se livro nacional a primeira edição editada por editora nacional. 2 pontos por autoria, máximo 2 livros (limitado a 4 pts).	4
		07	Autoria de capítulo de livro internacional nas áreas relacionadas aos requisitos estabelecidos. Considera-se livro internacional a primeira edição editada por editora internacional. 1 ponto por autoria, máximo 4 capítulos (limitado a 4 pts).	4
		08	Autoria de capítulo de livro nacional nas áreas relacionadas aos requisitos estabelecidos, desde que não seja de livro de autoria ou organização própria. Considera-se livro nacional a primeira edição editada por editora nacional. 1 ponto por autoria, no máximo 3 (limitado a 3pts).	3
		09	Artigo publicado em periódico científico especializado dos estratos superiores A1 ou A2 do QUALIS Periódico, nas áreas relacionadas aos requisitos estabelecidos. 2 pontos por autoria, máximo 4 artigos (limitado a 8 pts).	8
		10	Artigo publicado em periódico científico especializado dos estratos superiores A3 ou A4 do QUALIS Periódico, nas áreas relacionadas aos requisitos estabelecidos. 1 ponto por autoria, no máximo 4 artigos (limitado a 4 pts)	4

		11	Artigo publicado em periódico científico especializado do estrato B do QUALIS Periódico nas áreas relacionadas aos requisitos estabelecidos. 0,5 pontos por autoria, no máximo 2 artigos (limitado a 1 pt).	1
		12	Produção Técnica nas áreas relacionadas. 1 ponto por autoria, no máximo 4 produções (limitado a 4 pts).	4
		13	Prêmios e títulos honoríficos nas áreas relacionadas. 0,5 ponto por autoria, no máximo 2 (limitado a 1 pt).	1
		TOTAL MÁXIMO: PRODUÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA		35
		C) ATIVIDADE DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E PROFISSIONAIS		
		14	Orientação de tese de doutorado "stricto sensu" defendida e aprovada. 2 pontos por orientação, no máximo 4 orientações (limitado a 8 pts).	8
		15	Orientação de dissertação de mestrado "stricto sensu" defendida e aprovada. 1 ponto por orientação, no máximo 4 orientações (limitado a 4 pts).	4
		16	Orientação de monografia de cursos de graduação ou especialização. 0,2 pontos por orientação, no máximo 5 orientações (limitado a 1 pt).	1
		17	Atividade de magistério superior, a cada 45h em sala de aula. 0,2 pontos por 45h em sala de aula, no máximo 25 (limitado a 5 pts).	5
		18	Atividade profissional nas áreas relacionadas aos requisitos estabelecidos. 1 ponto por atividade, no máximo 4 (limitado a 4 pts).	4
		19	Participação em Banca de defesa de tese de doutorado. 0,4 pontos por participação em banca, no máximo 5 (limitado a 2 pts).	2

		20	Participação em Banca de dissertação de mestrado. 0,2 pontos por participação em banca, no máximo 10 (limitado a 2 p	2
		21	Participação em Banca de Graduação. 0,1 ponto por participação em banca no máximo 10 (limitado a 1 pt).	1
		22	Coordenação de projetos aprovados e financiados em órgãos públicos de fomento, ministérios do governo, fundações de apoio e empresas públicas ou privadas. 1 ponto por coordenação, no máximo 6 (limitado a 6 pts).	6
		23	Participação em Comissão Organizadora em evento científico ou tecnológico nas áreas relacionadas aos requisitos estabelecidos. 0,4 pontos por atividade, no máximo 5 (limitado a 2 pts).	2
		24	Participação em Projeto de Pesquisa formal, como pesquisador (mínimo de 30 dias no projeto). 0,5 pontos por participação, no máximo 10 (limitado a 5 pts).	5
TOTAL MÁXIMO: ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E PROFISSIONAIS				40
PONTUAÇÃO MÁXIMA NA PROVA DE TÍTULOS				100

Nº da vaga	HABILITAÇÃO	ITEM	TÍTULO	VALOR DA TITULAÇÃO
4	Direito Aplicado a Licitações e Contratos ou Direito Financeiro	A) PRODUÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA (últimos 5 anos)		
		1	Artigo publicado em periódico científico especializado Qualis A1 nas áreas relacionadas no aviso de convocação. 5 pts/artigo (limitado a 20 pts). Artigo publicado em periódico científico especializado Qualis A2 nas áreas relacionadas no aviso de convocação. 5 pts/artigo (limitado a 10 pts).	20
		2	Artigo publicado em periódico científico especializado Qualis B1 nas áreas relacionadas no aviso de convocação. 4 pts/artigo (limitado a 8 pts).	10
		3	Artigo publicado em periódico científico especializado Qualis B1 nas áreas relacionadas no aviso de convocação. 4 pts/artigo (limitado a 8 pts).	8
		4	Livro, como autor, na área pretendida. 3,5 pontos por autoria, no máximo 2 livros (limitado a 7 pts)	7
		5	Artigo publicado em periódico científico especializado Qualis B2 ou B3 nas áreas relacionadas no aviso de convocação 2,5 pts/artigo (limitado a 5 pts).	5
		6	Livro, como organizador, na área pretendida. 2 pontos por autoria, no máximo 2 livros (limitado a 4 pts)	4
		7	Capítulo de livro como autor. 1,5 pontos por autoria, no máximo 2 livros (limitado a 3 pts).	3
		8	Trabalho completo publicado em Anais - internacional nas áreas relacionadas no aviso de convocação. 1 ponto por trabalho, no máximo 2 trabalhos (limitado a 2 pts).	2

		9	Trabalho completo publicado em Anais - nacional nas áreas relacionadas no aviso de convocação. 0,5 ponto por trabalho, no máximo 2 trabalhos (limitado a 1 pt).	1	
		B) ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E PROFISSIONAIS			
		1	Orientação de tese de doutorado "stricto sensu" defendida e aprovada. 5 pontos por orientação, no máximo 2 orientações (limitado a 10 pts).	10	
		2	Coorientação de tese de doutorado "stricto sensu" defendida e aprovada. 4 pontos por coorientação, no máximo 2 coorientações (limitado a 8 pts).	8	
		3	Orientação de tese de mestrado "stricto sensu" defendida e aprovada. 3,5 pontos por orientação, no máximo 2 orientações (limitado a 7 pts).	7	
		4	Coorientação de dissertação de mestrado "stricto sensu" defendida e aprovada. 3 pontos por coorientação, no máximo 2 coorientações (limitado a 6 pts).	6	
		5	Orientação de projetos de iniciação científica formalmente constituídos. 1 ponto por orientação, no máximo 4 orientações (limitado a 4 pts).	4	
		6	Participação em Banca de defesa de tese de doutorado. 1 ponto por participação, no máximo 3 participações (limitado a 3 pts).	3	
		7	Participação em Banca de dissertação de mestrado. 0,5 ponto por participação, no máximo 4 participações (limitado a 2 pts).	2	
		TOTAL			100

**9.2.** Os voluntários aprovados na PO e não eliminados na forma do subitem 8.6, deverão apresentar, conforme Apêndice VI deste Aviso, os documentos comprobatórios dos títulos, nos locais indicados pelo Com1ºDN no período constante no Cronograma de Eventos, Apêndice I deste Aviso.

**9.3.** Apenas os títulos dos voluntários que atenderem os requisitos estabelecidos para a área a que pretendem concorrer e, por isso, forem considerados habilitados, apresentados na forma do Apêndice VI, serão avaliados.

**9.4.** A avaliação dos títulos será realizada pela Comissão Examinadora composta de Oficiais e/ou Servidores Civis assemelhados indicados e designados por meio de Portaria do Com1ºDN.

**9.5.** No ato da entrega dos documentos comprobatórios dos títulos, o voluntário deverá apresentá-los encadernados, numerados (Ex.: 01/20, 02/20, 03/20...) e rubricados. Deverá, ainda, preencher e assinar o Recibo de Documentos Comprobatórios, Apêndice VI deste Aviso, no qual serão relacionados os títulos apresentados.

**9.6.** Por ocasião da entrega dos títulos, o voluntário terá de apresentar o diploma de graduação na área para qual está concorrendo. A apresentação do diploma de graduação tem a finalidade de possibilitar a verificação da correlação entre a graduação e as titulações apresentadas.

**9.7.** Deverão ser apresentadas cópias xerográficas de cada título declarado, autenticadas em cartório, ou as fotocópias dos documentos originais poderão ser autenticadas, por militar designado pelo Com1ºDN, se apresentadas, no ato da entrega de títulos, a documentação original, a qual será restituída ao voluntário imediatamente. A entrega dos títulos não garante a obtenção de pontuação, pois os títulos ainda serão avaliados por Comissão Examinadora designada especialmente para esse fim, que deliberará sobre a pontuação a ser atribuída.

**9.8.** Serão de inteira responsabilidade do voluntário as informações prestadas no ato de entrega dos títulos, o conteúdo das informações neles contidas, bem como a entrega dos mesmos no período previsto no Cronograma de Eventos, Apêndice I deste Aviso.

**9.9.** Qualquer irregularidade constatada nos documentos entregues implicará atribuição de nota 0 (zero) ao título apresentado.

**9.10.** No caso de apresentação de documentos falsos, o voluntário será eliminado do Processo Seletivo, sendo ainda possíveis de serem aplicadas as sanções penais previstas na legislação vigente.

**9.11.** Não serão computados como títulos os comprovantes de cursos que se constituem em pré-requisito para inscrição no Processo Seletivo e posterior incorporação.

**9.12.** Cada título será considerado uma única vez. Independentemente do número de títulos apresentados, atinentes a cada item do Quadro de Atribuição de Pontos, os pontos atribuídos não excederão o valor de pontos discriminados em cada item.

**9.13.** Após a entrega da respectiva documentação referente à PT, não será recebida documentação em data ou momento posterior.

**9.14.** Todos os cursos previstos para pontuação na avaliação de títulos deverão estar concluídos até a data prevista para a realização da PT.

**9.15.** A entrega dos títulos poderá ser realizada por terceiros, desde que anexada procuração específica aos títulos.

**9.16.** Serão convocados para realização dos demais eventos complementares os voluntários que obtiverem as maiores notas relativas a PT, até o limite correspondente a 3 (três) vezes o número de vagas estabelecidas.

**9.16.1.** Os candidatos que não se enquadrarem no subitem 9.16 serão eliminados.

## **10. DA VERIFICAÇÃO DE DADOS BIOGRÁFICOS (VDB) – Eliminatória**

**10.1.** A VDB terá como propósito verificar se o voluntário preenche os requisitos de bons antecedentes de conduta para ingresso na Marinha do Brasil, observado o art. 11 da Lei nº 6880/1980 (Estatuto dos Militares), por meio de consultas às Secretarias de Segurança Pública Estaduais, às Superintendências Regionais do Departamento de Polícia Federal, dentre outros órgãos.

**10.2.** Durante todas as etapas do Processo Seletivo, o voluntário poderá vir a ser eliminado se deixar de atender o disposto no subitem 10.1.

## **11 – DA VERIFICAÇÃO DOCUMENTAL (VD) – Eliminatória**

**11.1.** No período estabelecido no Calendário de Eventos (Apêndice I, deste Aviso), os voluntários deverão entregar cópia autenticada ou simples dos documentos pessoalmente, estes acompanhados dos originais nos locais indicados pelo Com1ºDN, mediante apresentação de documento oficial de identidade com fotografia, conforme subitem 5.3, a Ficha de VD (Apêndice VII, deste Aviso), preenchida, datada e assinada pelo voluntário, perante o militar/servidor civil a quem deva ser apresentada, acompanhada das fotocópias devidamente encadernadas, numeradas (Ex.: 01/20; 02/20; 03/20; ...) e rubricadas pelo voluntário, além de uma relação de todos os documentos apresentados sendo de inteira responsabilidade do voluntário a entrega correta. Os documentos originais têm a finalidade de comprovar a validade da cópia simples

apresentada, a qual deverá ser devidamente autenticada pelo militar/civil responsável pelo recebimento dos documentos. Caso os documentos apresentados não sejam cópias autenticadas ou acompanhados dos respectivos documentos originais para o devido cotejo, estes não serão recebidos. Todo documento original será restituído imediatamente ao voluntário. Serão exigidos para verificação os seguintes documentos:

a) documento oficial de identificação, original, em meio físico, dentro da validade, com assinatura e fotografia na qual possa ser reconhecido, na forma definida no subitem 5.3 deste Aviso;

b) comprovante de inscrição;

c) comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF)(podendo constar no documento oficial de identificação);

d) certidão de nascimento ou casamento;

e) certificado de reservista ou prova de quitação com o Serviço Militar devidamente reconhecido pela respectiva autoridade competente do Serviço Militar;

f) comprovante de residência;

g) folha de alterações da Caderneta Registro/Assentamentos para militares da ativa e reserva;

h) certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no máximo, há 30 (trinta) dias da data de entrega dos documentos;

i) registro profissional expedido pelo órgão fiscalizador da profissão, quando a profissão for regulamentada por órgão ou conselho de classe fiscalizador da profissão;

j) Documentos comprobatórios da reconhecida competência técnico-profissional ou da notória cultura científica, conforme Apêndice VI deste Aviso;

k) Declaração de Voluntariado e Compromisso para Prestação de SMV, Apêndice VIII deste Aviso, preenchida e assinada, cujo conteúdo atesta, de modo inequívoco, que está de acordo com a designação para as OM de destino, independentemente do local de seu domicílio;

l) Declaração de Tempo de Serviço Anterior como Militar, Apêndice IX deste Aviso;

m) Atestado de bons antecedentes de conduta, Apêndice II, deste Aviso;

n) Declaração de ciência da necessidade de informação do estado de gravidez, Apêndice X deste Aviso;

o) Certidão de antecedentes da Justiça Militar da União ([www.stm.jus.br](http://www.stm.jus.br));

p) Certidão da Justiça Federal (site da Justiça Federal da região em que reside o voluntário);

q) Certidão da Justiça Estadual (site do Tribunal de Justiça do Estado a que pertence o voluntário). No caso dos voluntários do Rio de Janeiro que tem carteira de identidade emitida pelo DETRAN ou Instituto Félix Pacheco (IFP) deverão acessar o link <http://atestadodic.detrان.rj.gov.br/> e imprimir a referida Certidão. Na área Rio, os que não tiverem carteira de identidade emitidas pelos órgãos acima especificados deverão comparecer à Central de Certidões, localizada na Av. Almirante Barroso, nº 90, 2º andar, Centro – RJ;

r) Declaração de Investidura em Cargo Público para profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, Apêndice XI deste Aviso;

s) Declaração Negativa de Investidura em Cargo Público para profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, Apêndice XII deste Aviso; e

t) Declaração Negativa de Investidura em Cargo Público para profissionais das demais áreas, Apêndice XIII deste Aviso.

**11.1.1.** Por ocasião da VD, será verificado se o voluntário preenche todos os requisitos exigidos no subitem 3.3.

**11.1.2.** A entrega dos documentos não garante a aprovação na VD, pois essa documentação ainda será avaliada por Comissão designada especialmente para esse fim, que emitirá parecer aprovando ou não o voluntário nessa etapa.

**11.2.** A não apresentação de qualquer documento exigido, bem como qualquer rasura ou outra irregularidade constatada nos documentos entregues, implicará eliminação tempestiva do voluntário do Processo Seletivo.

**11.3.** No caso de apresentação de documentos falsos, serão ainda aplicadas as sanções previstas na legislação vigente.

**11.3.1.** O resultado preliminar da VD, contendo a relação dos candidatos aptos nessa fase, estará disponível na página do Com1ºDN, de acordo com o contido no Cronograma de Eventos, constante do Apêndice I.

**11.4.** Serão desconsiderados os documentos ilegíveis, que impossibilitem a leitura de seu conteúdo, assim como protocolos.

**11.5.** A voluntária do sexo feminino deverá entregar a declaração contida no Apêndice X deste Aviso de não estar grávida desde a etapa da VD até o fim da 1ª fase do ESA, em face dos riscos decorrentes das atividades militares desenvolvidas na referida fase.

**11.6.** Após a entrega da documentação referente à VD não serão recebidos documentos em data ou momento posterior ao período estipulado no Aviso.

**11.7.** A entrega dos documentos poderá ser realizada por terceiros desde que anexada aos documentos entregues procuração específica.

**12 – DA PROVA DE AULA (PA)** (para área conhecimento magistério)

**12.1.** A PA será realizada em data definida no Cronograma de Eventos, constante do Apêndice I, pelos voluntários enquadrados no subitem 9.16, deste Aviso, e valerá 100 (cem) pontos, sendo 70 (setenta) pontos para aspectos didáticos e 30 (trinta) pontos para aspectos de conteúdo.

**12.2.** A relação dos voluntários convocados e instruções para realização da PA, bem como as datas, horários e locais de realização do sorteio do assunto, serão divulgados na página do Com1ºDN, na Internet, conforme previsto no Cronograma de Eventos, constante do Apêndice I.

**12.3.** A PA será aplicada pelas respectivas Bancas Examinadoras e destina-se a avaliar a preparação e a condução de aula bem como aferir conhecimentos referentes à área de conhecimento do Processo Seletivo, de acordo com o programa divulgado no Apêndice XXII, deste Aviso.

**12.4.** A sequência em que os voluntários farão suas PA será determinada pela ordem do número de inscrição.

**12.5.** A PA constará de uma aula ministrada pelo voluntário perante a Banca Examinadora, com a duração de 30 (trinta) minutos, sobre um dos assuntos do programa divulgado no Apêndice XXXIII. O tema será sorteado dentre os assuntos do programa, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, na presença dos voluntários, sendo permitido o uso de acessórios de ensino e vedada a assistência pelos demais voluntários.

**12.5.1.** O voluntário não poderá ultrapassar o tempo de 30 minutos estipulados para a prova. Ao término desse tempo, o voluntário deverá ser interrompido e será avaliado pelo que apresentou dentro do limite.

**12.6.** O voluntário deverá entregar à respectiva Banca Examinadora, antes do início de sua prova, duas cópias do Plano de Aula (PA) totalmente preenchida, datada e assinada (Apêndice XXI).

**12.7.** No julgamento da PA, cada membro da Banca Examinadora atribuirá uma nota de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, de acordo com as pontuações constantes no Apêndice 1ºII.

**12.8.** A nota da PA será a média aritmética, aproximada a décimos, sem arredondamento, das notas atribuídas pelos membros da Comissão Julgadora.

**12.9.** A PA será gravada em áudio e vídeo durante sua realização e contra ela não caberá recurso.

**12.10.** Os voluntários que ainda não tenham realizado a PA, e aqueles que já a fizeram, não poderão assistir as demais provas de aula.

**12.11.** Serão considerados eliminados na PA os voluntários que obtiverem nota inferior a 60(sessenta) pontos.

**12.12.** A relação dos voluntários não eliminados na PA será divulgada na página do Com1ºDN, na Internet, conforme previsto no Cronograma de Eventos, constante do Apêndice I deste Aviso.

**12.13.** O voluntário deverá conhecer o conteúdo do Apêndice 1ºII para realização da PA.

### **13 – DOS RECURSOS DA PROVA OBJETIVA (PO), DA PROVA DE TÍTULOS (PT), DA VERIFICAÇÃO DOCUMENTAL (VD) E DA VERIFICAÇÃO DE DADOS BIOGRÁFICOS (VDB)**

**13.1.** O voluntário que desejar poderá interpor recurso contra as questões da PO, em face de erros ou omissões nos gabaritos divulgados dessa prova; e contra o resultado da PT, VDB e VD.

**13.2.** O voluntário disporá do prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir do dia seguinte ao da divulgação do gabarito da PO e das notas da PT, na página do Com1ºDN, para apresentar seu recurso.

**13.3.** Os recursos deverão ser entregues, pessoalmente, dentro do prazo estipulado no item 13.2, devidamente assinados pelos voluntários, diretamente no Com1ºDN, (endereço), das **8h30 às 16h.**

**13.4.** Os recursos deverão ser:

a) redigidos de acordo com os modelos contidos nos Apêndices XVIII e V deste Aviso para PO e PT, respectivamente, devidamente fundamentados e incluindo bibliografia pesquisada. Deverão conter todos os dados que informem a identidade do requerente, seu número de inscrição, endereço completo e assinatura.

b) se manuscritos, redigidos em letra legível com caneta esferográfica azul ou preta;

c) apresentados com argumentação lógica e consistente, indicando o Processo Seletivo, prova (profissão e cor), número da questão, a resposta marcada pelo voluntário e a divulgada pelo gabarito e a sua finalidade;

d) um para cada questão; e

e) entregue pessoalmente ao Com1ºDN, observado o prazo estabelecido nos subitens 13.2 e 13.5.

**13.5.** O voluntário que não for aprovado na VDB e/ou VD será comunicado pelo Com1ºDN e disporá de 3 (três) dias úteis, para apresentar o seu recurso, de acordo com os modelos contidos nos Apêndices XIX e 1º, respectivamente.

**13.6.** Não serão apreciados os recursos que forem apresentados:

- a) em desacordo com as especificações contidas neste Aviso de Convocação;
- b) fora do prazo estabelecido;
- c) sem fundamentação lógica e consistente;
- d) contra terceiros;
- e) em coletivo; e
- f) com teor que desrespeite a banca examinadora.

**13.7.** O resultado dos recursos contra questões, erros ou omissões no gabarito da PO será dado a conhecer coletivamente pela alteração ou não do gabarito/resultados, em caráter irreversível, na esfera administrativa, por meio de divulgação na página da internet do Com1ºDN.

**13.8.** Quando o exame dos recursos resultar na anulação de questões, os pontos correspondentes a essas questões serão atribuídos a todos os voluntários, independentemente de os terem requerido, podendo gerar alteração na listagem dos voluntários aprovados e não aprovados.

**13.9.** Em nenhuma hipótese será aceita revisão de recurso, recurso do recurso ou recurso de gabarito final.

**13.10.** A banca examinadora constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

**13.11.** O prazo para interposição de recurso é preclusivo e comum a todos os voluntários. O voluntário que não interpuser recurso dentro do prazo e nos moldes estabelecidos neste Aviso de Convocação perderá o direito de manifestar-se posteriormente.

#### **14 – DA INSPEÇÃO DE SAÚDE (IS) - (Eliminatória)**

**14.1.** A IS, que terá caráter eliminatório, é a perícia médica da seleção inicial, a qual visa verificar se os voluntários preenchem os critérios e padrões médicos de aptidão para o exercício das atividades técnico-militares necessárias à Marinha do Brasil. As IS para ingresso são de competência da Junta Regular de Saúde (JRS).

**14.2.** As Inspeções de Saúde serão realizadas na área do Com1ºDN de acordo com exames e procedimentos médico-periciais específicos, observando-se as condições incapacitantes e os índices mínimos exigidos descritos no Apêndice III deste Aviso, no período previsto no

Cronograma de Eventos do Apêndice J, conforme programação elaborada e divulgada pelos ComDN (dia, horário e local). **O voluntário terá uma tolerância de atraso de até 15 (quinze) minutos.**

**14.2.1.** Independentemente da data para a qual o voluntário esteja agendado, ele deverá ficar à disposição da Junta de Saúde (JS) durante todo o período previsto para a realização da IS.

**14.3.** Serão convocados para a IS os voluntários classificados na forma do subitem 9.16 deste Aviso.

**14.4.** Os voluntários convocados deverão comparecer ao local e horário previsto para IS, indicado pelo Com1ºDN, com antecedência necessária, observando repouso auditivo de 14 horas, portando o comprovante de inscrição e documento oficial de identificação original e dentro da validade, em meio físico, com assinatura e fotografia na qual possa ser reconhecido, na forma definida no subitem 5.3, caneta esferográfica azul ou preta, prancheta, a ficha de Anamnese Dirigida, preenchida, sem rasuras, datada e assinada, constante no Apêndice XIV, deste Aviso. Os homens deverão portar calção de banho e as mulheres biquíni. **Por ocasião do comparecimento para IS, salienta-se que o voluntário não necessita estar em jejum.** Ressalta-se, ainda, que o voluntário não poderá fazer uso de aparelho celular enquanto estiver no local da IS.

**14.5.** O voluntário terá que apresentar no 1º dia agendado para realização da IS, obrigatoriamente, os exames médicos complementares relacionados no item 3 do Apêndice III deste Aviso, cuja realização é de sua inteira responsabilidade. A JS poderá solicitar ao voluntário qualquer outro exame que julgar necessário. A não apresentação de qualquer dos exames relacionados no respectivo Aviso, na data inicial de comparecimento à Junta de Saúde (JS) ou no prazo estabelecido por esta, implicará o cancelamento da IS. Tal situação também se aplica à não apresentação de resultados de outros Pareceres/Exames, eventualmente solicitados pela Junta de Saúde. Não cabe recurso de IS não apreciada por insuficiência de documentação médica ou por não comparecimento.

**14.5.1.** A MB não possui nenhum vínculo ou convênio com empresas ou médicos para realização dos exames para a IS.

**14.6.** O voluntário poderá ser eliminado caso haja a observância de qualquer fato novo médico pericial, surgido durante o processo seletivo ou por ocasião da incorporação do voluntário até o final do Período de Adaptação, implica solicitação, pela OM que tomou conhecimento de tal fato, de autorização junto ao órgão responsável pelo Processo Seletivo, para IS em grau de Revisão da IS de Ingresso, por surgimento de “Fato Novo” médico pericial. Para os

voluntários considerados “Inaptos” nas IS para Ingresso, que estejam cursando por força de decisão liminar, sem trânsito em julgado, não cabem IS pós-admissionais, sem prejuízo das providências administrativas julgadas cabíveis pelas Autoridades competentes.

**14.7. Todas as etapas do processo pericial são presenciais. O voluntário que não comparecer à Junta de Saúde na data marcada para IS, divulgação do resultado de sua IS, bem como em qualquer outra fase do processo pericial, será considerado desistente e sua IS não será apreciada por falta de comparecimento.**

**14.8.** Os voluntários considerados inaptos para ingresso na IS poderão requerer, junto à autoridade competente, nova inspeção, em grau de Recurso, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da divulgação do laudo pela Junta Regular de Saúde/Centro de Perícias Médicas da Marinha, mediante requerimento constante no Apêndice IV deste Aviso.

**14.9.** Tão logo os requerimentos de Recurso sejam deferidos, a autoridade competente solicitará à OM sede da Junta Superior Distrital (JSD) a realização da IS em grau de Recurso, cujo prazo para avaliação, em face da eventual necessidade de Exames/Pareceres Especializados poderá variar, devendo ser de, no mínimo, dez dias úteis.

**14.10.** Os voluntários que obtiverem deferimento de seus recursos deverão comparecer à JSD no prazo máximo de um dia útil a contar do conhecimento do deferimento a fim de agendar suas IS, exceto nos casos em que tenha havido agendamento prévio pela Junta Recursal. Aqueles que não comparecerem dentro do prazo ou na data e hora marcadas para realização de IS em grau de Recurso serão considerados desistentes.

**14.11.** Em nenhuma hipótese será aceita revisão de recurso, de recurso do recurso ou de recurso da IS.

**14.12.** Não serão apreciados recursos contra terceiros.

**14.13.** A voluntária gestante ou com filho nascido há menos de 6 (seis) meses não poderá realizar o TAF-i, sendo eliminada do PS.

**14.14.** Aos militares da Ativa ou da Reserva da Marinha, do Exército ou da Força Aérea, bem como das Forças Auxiliares, assim como aos voluntários oriundos do meio civil, serão aplicados os índices mínimos exigidos e observadas as condições de inaptidão para ingresso no SAM, previstas no Apêndice III deste Aviso.

**14.15.** A IS para ingresso não tem por objetivo a investigação clínica complementar, ficando a critério da JS a decisão quanto à solicitação de outros exames além daqueles obrigatórios listados acima, dentro do prazo estabelecido pela autoridade responsável pelo Processo Seletivo.

## **15 – DO TESTE DE APTIDÃO FÍSICA DE INGRESSO (TAF-i) (eliminatório)**

**15.1.** O TAF-i, que terá caráter eliminatório, tem como propósito aferir se a aptidão física do voluntário preenche os padrões físicos exigidos para a prestação do SMV na MB e será realizado de acordo com os subitens abaixo, no período previsto no Cronograma de Eventos, Apêndice J, deste Aviso.

**15.2.** Apenas o voluntário possuidor de Atestado Médico, conforme subitem 15.11, deste Aviso, realizará o TAF-i. A não apresentação deste, no dia da realização do TAF-i, implicará em eliminação.

**15.3.** O TAF-i é constituído das seguintes provas:

- a) natação; e
- b) corrida/caminhada.

**15.4.** O voluntário será submetido ao TAF-i em 2 (dois) dias não consecutivos.

**15.5. Para ser aprovado no TAF-i o voluntário deverá:**

a) nadar o percurso de 25 (vinte e cinco) metros no tempo máximo de 50 (cinquenta) segundos para o sexo masculino, e 1 (um) minuto para o sexo feminino, levando em consideração as seguintes observações:

- A saída poderá ocorrer de fora da piscina (borda ou bloco de partida) ou de dentro da piscina, a critério do voluntário;

- Quando a piscina possuir menos de 25 metros de comprimento, não será permitido o contato com a borda oposta, por período de tempo superior a 3 (três) segundos, por ocasião da virada; e

- O voluntário deverá utilizar apenas os recursos inerentes ao seu próprio corpo, não sendo permitido nenhum apoio no fundo, na borda lateral e ou raiamento da piscina.

b) Correr e ou caminhar o percurso de 2400 (dois mil e quatrocentos) metros no tempo máximo de 16 (dezesesseis) minutos, para o sexo masculino e 17 (dezessete) minutos, para o sexo feminino. A corrida e ou caminhada poderá ser realizada em pista oficial de atletismo ou em qualquer percurso plano previamente demarcado.

**15.6.** Para a voluntária gestante ou com filho nascido há menos de 6 (seis) meses, observar o subitem 14.15.

**15.7.** Caso, após a realização, o voluntário seja reprovado em uma ou em ambas as provas, ser-lhe-á concedida uma última tentativa, em dia a ser determinado pela Comissão de Avaliação. Em qualquer um dos casos, as datas não poderão ultrapassar o período alocado para o TAF-i, previsto no Cronograma de Eventos, Apêndice J, deste Aviso.

**15.8.** É vedada a realização das referidas provas no mesmo dia.

**15.9.** O resultado do TAF-i será informado ao voluntário pela Comissão de Avaliação, logo após sua conclusão, no próprio local de realização, ocasião em que, cada voluntário deverá assinar a ficha que contém os resultados por ele obtidos.

**15.10.** Além do comprovante de inscrição e do documento oficial de identificação, original e dentro da validade, com assinatura e fotografia (na qual possa ser reconhecido), na forma definida no subitem 5.3, o voluntário deverá levar tênis, calção, camiseta para ginástica, sunga de banho ou maiô para a natação.

**15.11.** O voluntário somente realizará o TAF-i mediante apresentação de Atestado Médico, constante no Apêndice XV, deste Aviso, preenchido de maneira legível e devidamente assinado por um médico, com identificação do CRM, emitido há, no máximo, 30 (trinta) dias antes da aplicação do teste. O atestado deverá comprovar que o voluntário se encontra apto para realizar o TAF-i, discriminando as modalidades a serem realizadas e tal documento deverá ser submetido ao médico pertencente à Comissão de Avaliação, para verificação da conformidade.

**15.12.** O médico pertencente à Comissão de Avaliação, presente no local de aplicação do TAF-i, poderá impedir de realizar ou retirar do TAF-i, a qualquer momento, o voluntário que apresentar qualquer condição de risco à própria saúde.

## **16– EXCLUSÃO DO(A) VOLUNTÁRIO(A)**

**16.1.** São condições suficientes para exclusão do voluntário do cadastro para a prestação do SMV como Oficial:

- a. o não atendimento às datas e horários previstos no Aviso de Convocação e matérias complementares publicadas na página da [Internet](#);
- b. o não atendimento aos requisitos de saúde exigidos no Apêndice III;
- c. o não atendimento ao requisito de bons antecedentes de conduta, conforme Apêndice II;
- d. a impossibilidade da comprovação documental da formação;
- e. o não atendimento a qualquer um dos requisitos necessários para inscrição;
- f. apresentação de documento e/ou declaração falsa ou inexata; e
- g. utilização ou tentativa de uso de meios fraudulentos para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do processo seletivo.

## **17 – DO RESULTADO DA SELEÇÃO E CRITÉRIOS DE DESEMPATE DOS VOLUNTÁRIOS**

**17.1.** Após a realização de todas as Etapas, será divulgado o Resultado da Seleção na página do Com1ºDN.

**17.2.** O resultado constará da relação de voluntários classificados dentro do número de vagas previsto para cada Cidade/Estado e habilitação profissional (voluntários titulares) e dos voluntários reservas pela ordem decrescente da nota final, obtida por:

**17.2.1.** Para os voluntários das áreas de Ciência e Tecnologia e Medicina: por meio da soma do total de pontos obtidos na PT.

**17.2.2.** Para os voluntários da área Magistério: por meio da média aritmética entre a PA e a PT, conforme abaixo:

$$MF = (PA + PT) / 2$$

Onde:

MF = média final, aproximada a centésimo;

PA = nota da prova de aula; e

PT = nota da prova de títulos.

**17.3.** Os voluntários que obtiverem a mesma nota final serão posicionados entre si, de acordo com a seguinte ordem de prioridade:

- a) maior nota na PT;
- b) maior nota na PA, para voluntários da Área de Conhecimento Magistério; e
- c) maior idade.

**17.4.** O voluntário aprovado em todas as etapas, mas não classificado no número de vagas existentes, será considerado reserva.

**17.5.** A listagem de voluntários reservas tem por finalidade permitir a convocação para preenchimento de vagas não completadas em razão de eventual exclusão/desistência de voluntários titulares. Tal convocação deverá ocorrer dentro da vigência do Processo Seletivo, que terminará **em 11 de julho de 2025**, conforme especificado no Cronograma de Eventos, Apêndice I deste Aviso.

**17.6.** Em caso de convocação de voluntários reservas, será adotada estritamente a ordem de classificação discriminada pela ordem decrescente da nota obtida no resultado final da seleção, considerando os critérios de desempate previstos no subitem 17.3 deste Aviso.

**17.7.** Os voluntários reservas deverão acessar a página do Com1ºDN na Internet, após a divulgação do resultado final do Processo Seletivo, até a data citada no item 17.5, a fim de tomar conhecimento de uma possível convocação para substituição de voluntários titulares.

## **18 – DA DESIGNAÇÃO À INCORPORAÇÃO**

**18.1.** Os voluntários aprovados em todas as etapas serão ordenados, de acordo com a pontuação obtida na PT (para os voluntários das Áreas de ciências e Tecnologia e Medicina) e na MF (para os voluntários da Área de Educação), e serão convocados dentro do número de vagas previsto para cada habilitação profissional indicada no item 2, deste Aviso de Convocação, conforme as regras previstas no item 17.

**18.2.** Em caso de igualdade de pontuação, será convocado o voluntário de maior idade, observado critério do subitem 17.3.

**18.3.** Os nomes dos voluntários designados à incorporação serão divulgados na Internet, na página do Com1ºDN em data especificada no cronograma de Eventos, Apêndice I deste Aviso de convocação.

**18.4.** Caberá ao Comandante do 1ºDistrito Naval a decisão relativa à designação para incorporação dos voluntários indicados pela Comissão de Seleção Especial.

**18.5.** Os voluntários selecionados serão designados para incorporação (nome, sigla e endereço da OM em que se dará o Curso de Formação) a fim de cumprirem, por trinta dias o período de adaptação e a 1ª Fase do ESA.

**18.6.** Durante a primeira semana da 1ª fase do ESA ocorrerá o período de adaptação. Nesta ocasião, os designados à incorporação poderão permanecer parte desse período em regime de internato.

**18.7.** Ao término do período da Formação Militar-Naval, os militares serão designados para as Organizações Militares da Marinha do Brasil em que se localiza a vaga para a qual foi selecionado, para aplicação dos seus conhecimentos profissionais.

**18.8.** Os designados voluntários se comprometerão em permanecer no serviço militar pelo período mínimo de doze meses. Após esse período inicial, caso haja interesse da Administração Naval e do próprio Oficial Temporário, poderão ser concedidas prorrogações do tempo de serviço por mais um ano e, assim, sucessivamente, até o limite máximo de noventa e seis meses, computando-se aí o tempo anterior prestado no Serviço Militar de que trata o item 3.3, alínea j e observados os requisitos constantes em legislação específica.

## **19 – DA INCORPORAÇÃO, DA GRADUAÇÃO INICIAL E DA PROMOÇÃO**

**19.1.** Incorporação é o ato de inclusão do designado para o Serviço Ativo da Marinha (SAM) em uma OM, à qual fique vinculado de modo permanente, independentemente de horário e com os encargos inerentes a essa OM.

**19.2.** A incorporação ocorrerá na data prevista no Cronograma de Eventos, Apêndice I deste Aviso, à qual fique vinculado de modo permanente, independentemente de horário e com os encargos inerentes a essa OM.

**19.3.** Os designados para o SAM serão incorporados como Praça Especial, Guarda-Marinha (GM), RM3, do Quadro de Médicos (Md), do Corpo de Engenheiros Navais (EN) ou do Quadro Técnico e Técnico-Magistério (T), dependendo de suas habilitações, para realizar o ESA.

**19.4.** Como Oficial RM3, do Corpo de Oficiais da Reserva da Marinha (CORM), dos Quadros para os quais realizarão o ESA, nos termos do subitem anterior, no Posto que já possuírem, se forem Oficiais.

**19.5.** Os incorporados poderão, em tempo de paz, ter acesso gradual e sucessivo na hierarquia até o posto de Capitão de Fragata (CF), pelo critério de antiguidade, desde que satisfaçam às condições básicas estabelecidas na Lei nº 5.821/1972, adaptadas à legislação e à regulamentação que tratam do Serviço Militar, conforme estabelecido no Decreto nº 4.780/2003 e na Portaria nº 1/2021, do Comandante da Marinha.

**19.6.** Por ocasião da sua apresentação no Órgão de Formação da Reserva (OFR) ou Centro de Instrução, o voluntário designado à incorporação deverá apresentar nova Declaração de Tempo de Serviço Militar Anterior, constante no Apêndice IX deste Aviso, contendo a atualização do seu tempo de serviço até a data da sua efetiva exoneração.

## **20– LICENCIAMENTO DO SERVIÇO ATIVO DA MARINHA**

**20.1.** Caso seja constatado o estado de gravidez durante a 1ª Fase do Estágio Inicial, a Voluntária será licenciada, *ex officio*, por conveniência do serviço, em virtude dos riscos decorrentes das atividades militares a serem desenvolvidas durante essa fase.

**20.2.** Caso não seja concedida a prorrogação do tempo de serviço, os militares RM3 serão licenciados e incluídos na Reserva Não Remunerada do Corpo de Oficiais da Reserva da Marinha, conforme previsto no Decreto nº 4.780/2003, ao término do período mínimo de doze meses.

## **21– DISPOSIÇÕES GERAIS**

**21.1.** Após o ato de incorporação, aplicar-se-ão aos voluntários, no que couber, as seguintes prescrições legais específicas:

- a. Constituição de República Federativa do Brasil (CF/1988), incisos VIII e X, Art. 142;
- b. Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares);

c. Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar), alterada pela Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019;

d. Decreto nº 57.564, de 20 de janeiro de 1966 (Regulamento da Lei do Serviço Militar);

e. Decreto nº 4.780, de 15 de julho de 2003 (Regulamento da Reserva da Marinha);

f. Decreto nº 9.530, de 17 de outubro de 2018 (Regulamento da Reserva de 3ª Classe da Marinha);

g. Portaria nº1/2021, do Comandante da Marinha (aprova as Instruções para os Estágios e a Prestação do Serviço Militar pelos Militares da Reserva de 2ª e 3ª Classes da Marinha);

h. DGPM-308 – Normas para prestação do Serviço Militar pelos Militares da Reserva da Marinha;

i. DGPM-406 – Normas Reguladoras para Inspeção de Saúde na Marinha; e

j. Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001 (Lei de Remuneração dos Militares).

**21.2.** O (A) voluntário (a) não poderá acumular qualquer cargo, emprego ou função pública, na administração pública Federal, Estadual e Municipal, ainda que da administração pública indireta, exceto para os profissionais de Saúde com profissões regulamentadas, sendo necessário o preenchimento da Declaração de Investidura em Cargo Público para Profissionais de Saúde, com profissões regulamentadas, Apêndice XI deste Aviso; ou Declaração Negativa de Investidura em Cargo Público para Profissionais de Saúde, com profissões regulamentadas, Apêndice XII deste Aviso; ou Declaração Negativa de Investidura em Cargo Público para Profissionais das demais Áreas, Apêndice XIII deste Aviso.

**21.3.** É de inteira responsabilidade do voluntário acompanhar todos os atos e comunicados referentes ao processo de cadastramento que sejam publicados no Diário Oficial da União e/ou divulgados na INTERNET.

## **22 – DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão resolvidos pelo Comandante do 1º Distrito Naval, após interposição de recurso de acordo com o contido neste Aviso de Convocação.

Rio de Janeiro, RJ, 18 de novembro de 2024.